

# O REFEITÓRIO NA ARQUITETURA DA CONGREGAÇÃO DE SÃO BENTO DE PORTUGAL: FORMAS E FUNÇÕES\*

EVA SOFIA TRINDADE DIAS\*\*

**Resumo:** Espaço de reunião da comunidade para tomar as refeições, o refeitório era parte integrante de um conjunto de dependências destinadas à subsistência corporal. Este compromisso com o corpo físico não excluía, contudo, a dimensão espiritual. A este espaço associaram-se soluções artísticas que contribuíram para sublimar essa dimensão, fazendo-o comungar da sacralidade que revestia espaços destacados do conjunto monástico, como a igreja, a sala do Capítulo e o claustro. O estudo sincrónico do refeitório nas 22 casas monásticas pertencentes à Congregação de São Bento de Portugal pretende aferir a importância deste espaço no complexo monástico beneditino, as vivências que lhe estavam associadas, assim como apurar os quadros comuns e singulares relativos aos ciclos de renovação arquitetónica e artística, cronologicamente situados entre os séculos XVI e XIX.

**Palavras-chave:** património religioso; arquitetura monástica; Congregação de São Bento de Portugal; refeitório.

**Abstract:** A meeting space for the community to have their meals, the refectory was an integral part of a group of dependencies destined for corporal subsistence. However, his commitment to the physical body did not exclude the spiritual dimension. To this space were associated artistic solutions that contributed to sublimating this dimension, making it commune with the sacredness that covered prominent spaces of the monastic complex, such as the church, the chapter room and the cloister. The synchronic study of the refectory in the twenty-two monastic houses belonging to the Congregation of St. Benedict of Portugal intends to assess the importance of this space in the Benedictine monastic complex, the experiences associated with it, as well as to determine the common and singular frameworks related to the cycles of architectural and artistic renewal, chronologically situated between the 16<sup>th</sup> and 19<sup>th</sup> centuries.

**Keywords:** religious heritage; monastic architecture; Congregation of St. Benedict of Portugal; refectory.

## INTRODUÇÃO

Na arquitetura monástica, o refeitório era o espaço onde eram tomadas as refeições em comunidade, encontrando-se entre as dependências destinadas à subsistência corporal (cozinha, despensa, casa do forno). Mais que um lugar de satisfação de necessidades fisiológicas elementares, este era também um lugar de instrução da

---

\* O presente estudo resulta da investigação realizada para o projeto científico de 3.º ciclo em História da Arte Portuguesa, intitulado *Renovação Arquitetónica dos Mosteiros e Colégios da Congregação de São Bento de Portugal (Séculos XVI-XIX)*, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/73340/2010), e desenvolvido na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sob orientação científica do Professor Doutor Manuel Joaquim Moreira da Rocha. Se o *copyright* das figuras não for indicado, pertence à autora deste texto.

\*\* CITCEM. Email: eva.st.dias@gmail.com.

comunidade e a refeição um momento de louvor<sup>1</sup>, que exigia o cumprimento de um rigoroso código comportamental. A refeição adquiria uma dimensão ritual, semelhante a um ato litúrgico, ao incluir a bênção inicial cantada, leitura, ação de graças e a procissão final, até à igreja<sup>2</sup>.

São Bento (480-547), padroeiro da Europa e fundador da Ordem Beneditina, legou aos seus filhos na fé um conjunto de determinações prescritas na Regra relativas à alimentação. Da quantidade de bebida e alimentos<sup>3</sup>, passando pelas horas das refeições<sup>4</sup> (Tabela 1), os comportamentos a ter e a evitar<sup>5</sup>, tudo fora cuidadosamente pensado pelo patriarca, de modo a conservar, no momento de restabelecimento da força física, veneração semelhante à manifestada nos momentos de reparação do vigor espiritual. Concomitante com o alimento físico, era preocupação do reverendo autor que fosse administrado o alimento espiritual, estabelecendo a obrigatoriedade da «lição á mesa dos monjes quando comem» e o «summo silencio de modo que se não ouça ahi rumor nem voz senão só a do que lee»<sup>6</sup>.

Tabela 1. Plano de refeições no contexto beneditino<sup>7</sup>

Período do ano	Hora das refeições		Alimento ou bebida suplementar	Jejum e abstinência
	1.ª refeição	2.ª refeição		
De 13 de setembro à Quaresma	Depois de Noa (c.15h)	Domingos, festas de doze lições, oitavas e outros dias especiais	Bebida antes de deitar (depois das 17h)	Exceto nos dias em que é suprimido
Quaresma	Depois de Vésperas (c.17h)	Domingos, festas de doze lições, oitavas e outros dias especiais	Bebida antes de deitar (depois das 17h)	Riguroso
Da Páscoa ao Pentecostes	Depois de sexta (c.12h)	Depois de Vésperas (c.17h)	Bebida a meio da tarde (depois de Noa – c. 15h)	Sexta-feira
Do Pentecostes a 13 de setembro	Depois de sexta (c.12h)	Depois de Vésperas (c.17h)	Bebida a meio da tarde (depois de Noa – c. 15h)	Quarta e sexta-feira

<sup>1</sup> MARTINS, 2000-2001: 24. Cf. BORGES, 1998: 50; DIAS, 1997a: 29; LINS, 2002: I, 113.

O momento da refeição podia ser igualmente marcado pela evocação da Última Ceia e da memória dos abades já falecidos. DAVRIL, PALAZZO, 2000: 248.

<sup>2</sup> MARTINS, 2000-2001: 24.

<sup>3</sup> Regra [...], 1586: capítulo XXXIX – *Da quantidade de iguarias e qualidade do comer*; capítulo XL – *Da medida do vinho*, fls. 29-29v.

<sup>4</sup> Regra [...], 1586: capítulo XLI – *A que horas hão de comer os monjes*, fl.30; cf. *Constituições* [...], 1590: capítulo XL – *Da guarda dos jejús da regra, e em que tempo se comerá carne, e horas de jautar, e cea*, fls. 128v-129v.

<sup>5</sup> Regra [...], 1586: capítulo XXXVIII – *Do hebdomadário leitor*; capítulo XLIII – *Dos que vem tarde á mesa, e ao Officio divino*, fls. 28-28v; 31-31v.

<sup>6</sup> Regra [...], 1586: capítulo XXXVIII – *Do hebdomadário leitor*, fls. 28-28v.

<sup>7</sup> Regra [...], 1586: capítulo XLI – *A que horas hão de comer os monjes*, fl. 30; *Constituições* [...], 1590: capítulo XL – *Da guarda dos jejús da regra, e em que tempo se comerá carne, e horas de jautar, e cea*, fls. 128v-129v. Cf. LENCART, 1997: 108-115; MATA, 1994: 63-68.

Herdeiros do vetusto legado do fundador, ao longo de séculos os beneditinos portugueses deram continuidade à observância da Regra, não sem terem experienciado períodos de afastamento, que as vicissitudes sociais e históricas empurraram para o desregramento moral, espiritual e temporal que marcaram de forma indelével os séculos XIV e XV, cuja reversão tomou forma na centúria seguinte. Reflexo do processo de reforma das ordens religiosas decretado pelo Concílio de Trento (1545-1563), a instituição da Congregação de São Bento de Portugal (1566) marcou o ponto de viragem na história dos beneditinos portugueses. Concomitante com as determinações para estabilizar os domínios administrativo, económico e espiritual da instituição, os monges negros procuraram, por um lado, a projeção da espiritualidade beneditina para os núcleos urbanos, através da edificação de novas casas monásticas; e, por outro, a consolidação arquitetónica dos antigos conjuntos monásticos da região de Entre Douro e Minho. O estudo sincrónico do refeitório nas 22 casas monásticas pertencentes à Congregação de São Bento de Portugal pretende aferir a importância deste espaço no complexo monástico beneditino, as vivências associadas, assim como apurar os quadros comuns e singulares relativos aos ciclos de renovação arquitetónica e artística, cronologicamente situados entre os séculos XVI e XIX.

## 1. SITUAÇÃO DO EDIFICADO NO SÉCULO XVI

Ainda a Congregação de São Bento não era uma realidade em Portugal, quando os beneditinos espanhóis frei Alonso de Zorrilla e frei Juan de Guzmán entraram a visitar e reformar os mosteiros beneditinos portugueses, entre 1564 e 1565, a pedido do Cardeal D. Henrique (r. 1562-1568). Pela análise do relatório da visita perpassa o estado de ruína e falta de condições básicas do património edificado. Assim se verificou nos mosteiros de Salvador de Travanca (Amarante), com «los edificios del todo ruynosos y pocos»<sup>8</sup>; Santa Maria de Carvoeiro (Viana do Castelo), onde não havia «ninguna offiçina que pueda servir para vivir los monges en comunidade»<sup>9</sup>; Salvador de Palme (Barcelos), com «todo el monasterio caydo y ruynoso, sin çeldas ny otra ninguna offiçina para poder poner los monges en comunidad y en clausura»<sup>10</sup>; São Romão do Neiva (Viana do Castelo), onde não restava «ny piedra sobre piedra casy sino es sola la yglesia»<sup>11</sup>; e São João de Alpendurada (Marco de Canaveses), onde se ordenou «hazer todo lo neçesario para la vida commún y para la clausura de los monges», ainda que fossem «muy muchas las cosas que faltaban»<sup>12</sup>.

---

<sup>8</sup> ZARAGOZA PASCUAL, 1981: 282.

<sup>9</sup> ZARAGOZA PASCUAL, 1981: 284.

<sup>10</sup> ZARAGOZA PASCUAL, 1981: 284-285.

<sup>11</sup> ZARAGOZA PASCUAL, 1981: 285.

<sup>12</sup> ZARAGOZA PASCUAL, 1981: 288.

Poucos anos volvidos sobre a instituição da Congregação portuguesa, em 1568 o cónego da Sé de Braga, Dr. Manuel Coelho, dirigiu-se em visita aos mosteiros da arquidiocese, por determinação do arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires (pr. 1559-1581), a pedido do cardeal D. Henrique. O detalhado relatório permitiu verificar três estados distintos do edificado, onde destacamos os refeitórios: a situação favorável encontrada nos mosteiros de São Miguel de Refojos de Basto (Cabeceiras de Basto)<sup>13</sup>, Carvoeiro<sup>14</sup> e São Martinho de Tibães (Braga)<sup>15</sup>; as deficientes condições verificadas em Travanca<sup>16</sup> e São João de Arnóia (Celorico de Basto)<sup>17</sup>; por último, os edifícios onde eram inexistentes as dependências mais elementares, como em Santa Maria de Pombeiro (Felgueiras)<sup>18</sup>, Santo André de Rendufe (Amares)<sup>19</sup>, Salvador de Ganfei (Valença)<sup>20</sup>, São Romão do Neiva<sup>21</sup> e Palme<sup>22</sup>.

Quando em 1588-1589, estando Portugal sob o domínio filipino, frei Alvaro de Salazar e frei Sebastián de Villoslada visitaram os mosteiros e colégios beneditinos portugueses, a situação do edificado estava a evoluir lenta, mas favoravelmente. O edifício mais destacado era o Mosteiro de Rendufe, onde o comendatário D. Henrique de Sousa, tinha edificado a casa monástica «toda a fundamentis, i la iglesia»<sup>23</sup>. Em Tibães foi recomendada a aplicação de 150 mil maravedís «en continuar el dormitorio por la parte donde ade ser el refectorio, conforme la traça que está dada»<sup>24</sup> e, em Pombeiro, determinou-se a conclusão do dormitório e aplicação de alterações ao refeitório, por estar «muy a trasmano de la iglesia i del convento»<sup>25</sup>. No Mosteiro de Travanca, como a inexistência do lanço do claustro que ligava a igreja ao refeitório representava grandes incómodos para os religiosos nas deslocações para as refeições, ao abade foi ordenado «que si no pudiere azer aquella pare del claustro [...]

<sup>13</sup> Entre as dependências recém contruídas estava a «caza grande que serve de refectorio, com tres janellas de grades de ferro, lagiada de lijnja de cantaria muito bem forrada por sima, com seus asentos forrados e de encosto, e hũa caza de menistra por onde se serve para a cozinha». FERRO, 1987: 195.

<sup>14</sup> «Tem hum refectorio bem feito mas não he forrado por sima tem seus asentos, encostos e pulpito para sua lição lagiado por baixo, he pequeno e tem suas mezas com despensa e cozinha junto a elle». FERRO, 1987: 201.

<sup>15</sup> No segundo piso do claustro recém-construído encontravam-se a «caza de Capitulo, e refectorio e cada hũa dellas ollivelada e bem feita de asentos forrados e encostos». FERRO, 1987: 206.

<sup>16</sup> Na varanda do sobreclaustro, com «serventia para o choro» estava «hũa caza de que se servem de refectorio para remedio, velha e antiga». FERRO, 1987: 192.

<sup>17</sup> Entre as celas onde residiam os monges encontrava-se «hũa cella que serve de cozinha e refectorio em hũa meza que ahi esta». FERRO, 1987: 193.

<sup>18</sup> «Neste mosteiro não ha dormitorio nem forma delle [...]; e não tem refectorio nem enfermaria, nem hospedaria». FERRO, 1987: 190.

<sup>19</sup> Apesar da renovação arquitetónica empreendida pelo comendatário, ainda eram «algũas officinas necessarias que ora falta, como he cozinha, refectorio, infirmaria». FERRO, 1987: 198.

<sup>20</sup> «[...] não tem dormitorio, nem modo delle nem refectorio, nem officina de religião». FERRO, 1987: 200.

<sup>21</sup> «Não ha refectorio e servence de hũa cozinha por remedio, nem ha dormitorio». FERRO, 1987: 203.

<sup>22</sup> «Não tem dormitorio, os religiosos [r]epouzão em hũas cazinhas que estão na dita claustro, pobres, rotas e para cair de pouca valia e baixas». FERRO, 1987: 204.

<sup>23</sup> ZARAGOZA PASCUAL, 1982: 164.

<sup>24</sup> ZARAGOZA PASCUAL, 1982: 175.

<sup>25</sup> ZARAGOZA PASCUAL, 1982: 189.

alomenos haga que se tomen las aguas de toda aquella distancia, de manera que el convento vai al refectorio por debaxo de tejado»<sup>26</sup>. No Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa (Penafiel), a recomendação de continuidade de edificação do novo dormitório permitiria a construção do novo refeitório «bien a mano de la iglesia», aproveitando-se o antigo espaço de refeições para adegas<sup>27</sup>. A situação mais preocupante encontrava-se em São Miguel de Bustelo (Penafiel), onde o refeitório estava «tan peligroso y desabrigado que en tiempo frío no se puede estar en él, y en tiempo de furtona con mucho peligro»<sup>28</sup>.

Da análise do conjunto dos relatórios de visitas efetuadas perpassa quanto os beneditinos portugueses estavam longe do fiel cumprimento do preceituado na Regra, não existindo as condições básicas fundamentais para a estabilidade das comunidades, constituindo situações verdadeiramente periclitantes, que comprometiam a continuidade do legado do patriarca fundador.

## 2. DEFINIÇÃO CRONOLÓGICA DOS CICLOS CONSTRUTIVOS/RECONSTRUTIVOS DO REFEITÓRIO BENEDITINO

Não obstante as obras efetuadas no último quartel do século XVI, decorrentes das recomendações prescritas nas visitas realizadas, a edição das primeiras *Constituições* da Congregação beneditina (1590) veio gizar o plano de renovação arquitetónica, ao determinar a ordem pela qual seriam realizadas as obras de reconstrução, as edificações de raiz e o valor a despender por cada comunidade neste processo<sup>29</sup>. A aplicação do plano de renovação foi possível acompanhar de forma quase ininterrupta a partir da centúria seguinte, com auxílio dos relatórios trienais (*Estados*). Apresentados em Capítulo Geral, os *Estados* eram um mecanismo de aferição e controlo do estado temporal das comunidades beneditinas, onde estava consignado um item relativo às obras realizadas. Por eles foi possível traçar a linha cronológica da renovação arquitetónica dos edifícios monásticos, especialmente a que concerne aos refeitórios.

Na centúria de Seiscentos, os primeiros *Estados* denunciam a existência de certo dinamismo construtivo. No governo de frei António dos Reis (1614-1617) arrancou a edificação do segundo claustro de Tibães<sup>30</sup>, concluído em 1626-1629<sup>31</sup>. Terá sido neste período que decorreu a construção do refeitório<sup>32</sup>, passando o claustro a designar-se

<sup>26</sup> ZARAGOZA PASCUAL, 1982: 201.

<sup>27</sup> ZARAGOZA PASCUAL, 1982: 206.

<sup>28</sup> ZARAGOZA PASCUAL, 1982: 163, 208.

<sup>29</sup> *Constituições* [...], 1590: capítulo LXII – *Da repartição das rendas, & obras da Congregação*, fls. 182v-185.

<sup>30</sup> ADB. *Benedictinos, Mosteiro de São Martinho de Tibães*, Livro do depósito, 1614, n.º 535, fl. 109v.

<sup>31</sup> ADB. *Benedictinos, Mosteiro de São Martinho de Tibães*, Livro do depósito, 1626-1629, n.º 538, fl. 77v. Cf. ALMEIDA, 2004: I, 185.

<sup>32</sup> Aurélio de Oliveira situa a edificação entre 1725 e 1731, localizando-o no lanço sul do claustro da igreja (OLIVEIRA, 1988: 13). Porém, os *Estados* correspondentes a ambos os triénios não registam qualquer obra no refeitório. Relativamente

claustro do refeitório, como forma de distinção relativamente ao primeiro claustro (claustro da igreja). Pela mesma altura, no Mosteiro São Bento dos Apóstolos (Santarém), se «ordenou hũa caza para refeitório capax de trinta religiosos»<sup>33</sup>, terminada no triénio seguinte<sup>34</sup>.

Um contrato notarial, datado de 30 de abril de 1620, dá conta da contratação do mestre João Lopes para a edificação do dormitório sul do Mosteiro de Pombeiro, que contemplava «capitolo he refeitório e passadiço para porta he casa de cozinha»<sup>35</sup>, originando a construção do novo claustro.

Nas restantes casas monásticas, as informações sugerem a conclusão de intervenções anteriores à redação dos relatórios trienais. Assim se verificou no Mosteiro do Salvador de Palme (Barcelos), com a mudança da dependência de refeições para «o refeitório aonde agora esta»<sup>36</sup>; em São Martinho de Cucujães (Oliveira de Azevés), com o refeitório lajeado, rebocado e caiado, onde «se fizeram mesas novas»<sup>37</sup>; em Arnóia, com a construção de «hũa cosinha e ministra para o refeitório»<sup>38</sup>; em Alpendurada, onde se colocou «hum lavatorio de pedraria e agoa perene»<sup>39</sup>, tal como em Refojos de Basto<sup>40</sup>.

Motivação diferente presidiu à intervenção no primeiro mosteiro beneditino na capital portuguesa, transformado em colégio na prelazia geral de frei Leão de São Tomás (1627-1629). Encerrado durante 13 anos (1615-1628), a reabertura ditou a realização de obras de requalificação, incluindo no refeitório<sup>41</sup>.

Duas décadas volvidas, no governo de frei Bernardo de Santiago (1644-1647) fez-se «o cunhal com que se fecha o hospício, refeitório e cozinha»<sup>42</sup>, do Mosteiro de Paço de Sousa, decorrente da edificação do lanço poente do dormitório. O refeitório concluiu-se no período de 1650-1653, forrado «com grande perfeição», considerado pelo monge estadista «obra muito bem acabada»<sup>43</sup>.

A segunda metade do século XVII foi particularmente profícua em termos construtivos. Aferiu-se a renovação construtiva dos refeitórios de Santo Tirso, São Bento da Vitória (Porto), Palme, Rendufe, Bustelo, Refojos de Basto e Santa Maria

---

à localização, o texto do Tombo de 1654 refere quanto ao segundo claustro: «Contem em si o dito claustro pera a banda do Sul hum refeitório muito grande com muitas mezas e vidrassas pera a banda do Sul». ADB. *Benedictinos, Mosteiro de São Martinho de Tibães*, Autos de tombo, 1654, n.º 6, fl. 33v. Cf. FONTES, 2005: 178.

<sup>33</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São Bento dos Apóstolos, 1626-1629, n.º 92, fl. 5.

<sup>34</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São Bento dos Apóstolos, 1629-1632, n.º 92, fl. 5.

<sup>35</sup> BRANDÃO, 1986: 444-450. Cf. ROCHA, 2011: 97-98.

<sup>36</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro do Salvador de Palme, 1626-1629, n.º 119, fl. 5v.

<sup>37</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro do Couto de Cucujães, 1626-1629, n.º 114, fl. 7.

<sup>38</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São João de Arnóia, 1626-1629, n.º 93, fl. 8v.

<sup>39</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de João de Alpendurada, 1626-1629, n.º 101, fl. 9v.

<sup>40</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São Miguel de Refojos de Basto, 1626-1629, n.º 132, fl. 5.

<sup>41</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São Bento da Saúde, 1626-1629, n.º 106, fl. 2v.

<sup>42</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa, 1644-1647, n.º 99, fl. 8.

<sup>43</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa, 1650-1653, n.º 99, fl. 8.

de Miranda (Arcos de Valdevez). Em 1653-1656 «fes-se o refeitório de noventa palmos de comprido e trinta e seis de largo» em Santo Tirso, «azolejado em roda de oito palmos em alto com sinco frestas de doze palmos em alto, e quatro de largo», obra riscada por frei João Turriano<sup>44</sup>, onde se colocou «hum painel com a tenção da Administração dos anjos no dezerto»<sup>45</sup>.

Na prelazia de frei João Novais (1662-1665), na sequência da edificação do lanço nascente do dormitório do Mosteiro de Palme, construiu-se «hum refeitório com duas frestas grandes com suas grades de ferro e empanadas, com hum pulpito e quatro cantareiras de escadria»<sup>46</sup>. Em igual período edificou-se o primitivo refeitório do Mosteiro de São Bento da Vitória<sup>47</sup>, inteiramente renovado na centúria seguinte.

O violento incêndio que assolou o Mosteiro de Refojos de Basto, em setembro de 1659<sup>48</sup>, motivou a renovação do edifício monástico, contemplando a construção de um novo refeitório. Em 1668-1671, o abade frei Jorge de Carvalho «vendo a grande incomodidade do lugar em que comião os religiosos, por ser hũa casa muito limitada tratou logo de se fazer de novo o refeitório antigo que se avia queimado»<sup>49</sup>. A reedificação do mosteiro acabou por ocorrer no último quartel de Seiscentos e transitar para a centúria seguinte.

O desaparecimento de grande parte dos relatórios trienais para o intervalo compreendido entre 1671 e 1710 constitui a mais significativa lacuna documental que apagou um precioso conjunto de dados relativos a um período de intensa atividade arquitetónica e artística entre os beneditinos. Felizmente outros elementos permitiram entrever alguns aspetos da atividade construtiva nesta fase. No Mosteiro de Rendufe, apenas a padieira da porta de acesso do claustro ao refeitório (entretanto entaipada), com o ano de 1685 inscrito, faz situar a edificação do espaço de refeições no último quartel da centúria de Seiscentos, embora a sua construção estivesse a ser ponderada desde 1635<sup>50</sup>.

<sup>44</sup> «Ainda que o muito Reverendo Padre Dom Abbade está para fazer a obra do refeitório que esperamos seja perfeitíssima seguindo em tudo a traça do Padre Mestre Frei João Turriano, e fazendoo do modo que lhe praticou no que se ha de gastar dinheiro concideravel». Visita de 6 de dezembro de 1653. ADB. CSBP, Visitas do Geral, 1653-1656, n.º 149, fl. 27v. Cf. CORREIA, 2010: 105-108.

<sup>45</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de Santo Tirso, 1653-1656, n.º 109, fls. 11-11v.

<sup>46</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro do Salvador de Palme, 1662-1665, n.º 119, fls. 8-8v.

<sup>47</sup> «Fezse o refeitório revocada a aboveda com huns frizos de madeira engressados, ladrilhado todo elle e azulejado». ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1662-1665 (1), n.º 104, fl. 6v.

<sup>48</sup> O facto ocorreu no governo-geral de frei Vicente Rangel (1659-1662), que «no seu segundo triennio teve o dissabor de ver o Mosteiro de Basto reduzido á mayor ruina, por cauza de hum incendio, que padecio no mez de Setembro de 1659». AQUINO, 1767: 209.

<sup>49</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São Miguel de Refojos de Basto, 1668-1671, n.º 132, fl. 9.

<sup>50</sup> Na sessão de 11 de maio do Capítulo Geral de 1635, ordenou-se: «E porque sobre as obras de Rendufe há duvidas se sera melhor faserse o refeitório sobre a porta pera o sul ou sobre o terreiro da portaria pera o Poente se emcomendou a Nosso Reverendissimo que ouvidos os arquitetos ordenarem o que lhe parecessem e tambem ouvido o Padre Dom Abbade e os monjes da casa». ADB. CSBP, Atas Capitulares, 1635-1767, n.º 314, fl. 6v.

Concomitantes com as obras em Rendufe, iniciaram as intervenções no refeitório do Mosteiro de Bustelo. No triénio de 1689-1692 arrancou a obra de construção do «Dormitorio novo da parte do Nascente, que continuou até á Sacada, o lanso correspondente do Claustro, o Refeitório, a Sacristia»<sup>51</sup>. No período seguinte (1692-1695), concluiu-se o «Dormitorio do Nascente», forraram-se as varandas do claustro correspondentes aos lanços Nascente e Norte e cobriu-se «d'abobeda o Refeitório»<sup>52</sup>.

A renovação do refeitório do Mosteiro de Refojos de Basto começou a desenhar-se por esta altura. De acordo com as *Memórias da Congregação de São Bento*, coligidas para a Academia Real da História Portuguesa, na prelazia de frei Gregório da Madre de Deus (1689-1692) principiou-se «a levantar a fundamentis o mosteiro por excelente e magnifico desenho», obra continuada nas prelazias seguintes, tendo o abade frei Cipriano de São Francisco (1704-1707) enobrecido o conjunto, «especialmente na grande fabrica, e aceyo da sacristia, e na bõa proporção do refeitório»<sup>53</sup>.

Na transição entre o século XVII e a centúria seguinte, procedeu-se à renovação arquitetónica do edifício monástico de Santa Maria de Miranda, com a edificação do dormitório voltado a nascente, onde «fesse o refeitório por baixo da salla, alto e desafogado com duas frestas grandes com suas vidraças»<sup>54</sup>.

Acompanhando a tendência da centúria anterior, a renovação arquitetónica dos refeitórios beneditinos teve continuidade nas primeiras décadas do século XVIII. Em Refojos de Basto «aperfeiçoou-se o refeitório por estar em tosco e se aseou no modo possível com estuque e se garante com hũa cinta de azolejo de altura de hũa vara»<sup>55</sup>, indícios da continuidade da atividade construtiva que se desenrolava desde 1689-1692. Igualmente em 1710-1713 «fesse o refeitório novo»<sup>56</sup> no Colégio de Nossa Senhora da Estrela, em local distinto do primitivo espaço<sup>57</sup>. A obra foi concluída em 1716-1719 com a colocação de um lavabo no anterefeitório<sup>58</sup>.

Mais tarde, a profunda renovação arquitetónica operada no claustro do Mosteiro de Alpendurada repercutiu-se em diversas dependências do edifício, nomeadamente no refeitório. O primitivo espaço, situado no lanço poente, foi substituído em 1740-1743 por novo refeitório, construído no prolongamento do lanço nascente do claustro, onde «se lhe fes a abobeda e se armou, e solhou, e se lhe puzerão portas,

<sup>51</sup> MEIRELES, 2007 [1801]: 122. Cf. CASTRO, 1896: 133.

<sup>52</sup> MEIRELES, 2007 [1801]: 123. Cf. MAIA 1985-1986: 72-73.

<sup>53</sup> ACEDV. *Memórias da Congregação de São Bento*, 1722, ms. n.º 38, fl. 27. Cf. DIAS, 2002: 70; 2009: 82-83, 195.

<sup>54</sup> ADB. *Benedictinos, Mosteiro de Santa Maria de Miranda*, Livro do depósito, 1686, n.º 32, fl. 168. Sobre a porta do refeitório estava inscrita a data de 1700. Cf. COSTA, 1984: 74; SOUSA, GOMES, 1984: 30.

<sup>55</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São Miguel de Refojos de Basto, 1710-1713, n.º 132, fl. 10.

<sup>56</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de Nossa Senhora da Estrela, 1710-1713, n.º 88, fl. 3v.

<sup>57</sup> «Fizerão-se tres cestinhas no refeitório velho para despejos». ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de Nossa Senhora da Estrela, 1710-1713, n.º 88, fl. 4.

<sup>58</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de Nossa Senhora da Estrela, 1716-1719, n.º 88, fl. 8.

menistra, pulpito e mezas». Construiu-se ainda «huma fonte no ante refeitório, com suas colunas, nichos, e remates»<sup>59</sup>.

Não obstante as novas construções, a primeira metade do século XVIII foi pontuada pela renovação do interior dos espaços edificados. No Colégio de Coimbra «ladrilhouse o refeitório por baixo das mezas e assentos»<sup>60</sup>; o refeitório de Paço de Sousa, além do novo soalho, recebeu «cachorros de pedra na parede para os assentos que se fizerão de novo», revestimento a azulejo e «hum quadro novo [...] com seu cauxilho dourado»<sup>61</sup>; e, em Palme, «se emjessou todo o refeitório de branco com suas cintas bermelhas e nos lados seo zolejo bem pintado»<sup>62</sup>. No Mosteiro de Santo Tirso, «a caza do refeitório se remediou da negrura, e ascarozas manchas que na abobeda e paredes interiores tinha cauzado o erro, e descuido de assentarem a telha, que o cobria sobre a abobeda delle, enchendo os vãos della de infenidade de terra»<sup>63</sup>. Em Santa Maria de Miranda, «concertouce o forro do refeitório, e se ingeçou, e nos assentos se fes azolejo fingido»<sup>64</sup>.

A renovação dos lavabos dos refeitórios beneditinos foi outro dos elementos visados. Em 1725-1728, «fesse hum lavatorio novo a porta do refeitório» de Cucujães, por determinação do abade-geral frei Paulo da Assunção<sup>65</sup>, enquanto no Mosteiro de Arnóia «fesse o esguiche do refeytorio» no triénio seguinte<sup>66</sup>. Em São João de Cabanas, o «esguixe do refeitório, e escada» foram colocados através da aplicação do valor atribuído pelo abade-geral para a realização de obras<sup>67</sup>.

As renovações construtivas tiveram continuidade na segunda metade do século XVIII. No Mosteiro de São Bento da Saúde, avançava a construção da «caza que ha-de servir de refeytorio»<sup>68</sup> em 1752-1755, no lanço daquele que seria o terceiro claustro, quando o violento terramoto do primeiro de novembro de 1755 interrompeu abruptamente a edificação. A urgência na reparação das áreas mais afetadas pelo abalo perpassa pelo relatório trienal de 1755-1758, mas o desaparecimento dos *Estados* do período compreendido entre 1758 e 1767 tornou incógnito o processo de edificação

<sup>59</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de João de Alpendurada, 1740-1743, n.º 101, fl. 23v. Cf. MARINHO, ALVES, 1978: 17.

<sup>60</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Colégio de São Bento de Coimbra, 1710-1713, n.º 129, fl. 7v. Mais tarde, a edificação do novo dormitório motivou a uniformização das «fretzta do refeitório e sacadaz doz corredorez pela mesma architeta do dormitório novo». ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Colégio de São Bento de Coimbra, 1746-1748, n.º 129, fl. 18v.

<sup>61</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa, 1719-1722, n.º 99, fl. 7v. Cf. RODRIGUES, 2006: I, 106-107.

<sup>62</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro do Salvador de Palme, 1725-1728, n.º 119, fl. 9v.

<sup>63</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de Santo Tirso, 1725-1728, n.º 109, fls. 18v-19.

<sup>64</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de Santa Maria de Miranda, 1737-1740, n.º 125, fl. 6. Cf. ALMEIDA, 2004: I, 186-187; DIAS, 2012: 8.

<sup>65</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro do Couto de Cucujães, 1725-1728, n.º 114, fl. 11v.

<sup>66</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São João de Arnóia, 1728-1731, n.º 93, fl. 12.

<sup>67</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São João de Cabanas, 1733-1734, n.º 126, fl. 3.

<sup>68</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São Bento da Saúde, 1752-1755, n.º 107, fl. 13v.

do refeitório, que terá ocorrido nesse lapso de tempo. Os silhares de azulejo figurativo dispostos ao longo dos panos murários do novo refeitório, coetâneos dos do refeitório do Mosteiro de São Bento da Vitória<sup>69</sup>, vêm ancorar a cronologia do refeitório do mosteiro lisboeta na década de 60 da centúria de Setecentos.

De facto, em 1758-1761 no Mosteiro de São Bento da Vitória «fes-se de novo o magnifico refeytorio todo forrado em abobedas nos seus altos e bayxos», onde «preparãose e se aparelhão as paredes do mesmo refeytorio para se assentar nellas o novo azulejo que se esta fazendo»<sup>70</sup>. No triénio seguinte «lageou se o refeitório formado em xadrez de pedra branca e preta. Rasgarão se as frestas delle» e «pos-se nelle hum bello, e agradável azolejo»<sup>71</sup>, que custou «cento sesenta e sete mil novecentos reis»<sup>72</sup>.

Os efeitos nefastos do Terramoto de 1755 tiveram igualmente repercussões noutras casas monásticas, nomeadamente no Colégio de Nossa Senhora da Estrela. Os danos provocados tornaram necessária a reconstrução do refeitório<sup>73</sup> e a adaptação da «caza do refeitório antigo [...] para servir de refeitório e dispença emquanto se não continua a obra»<sup>74</sup>. Repercussões semelhantes registaram-se no Mosteiro de São Bento dos Apóstolos, onde «arruinado o refeitório que havia, se fes na forma possível na sacada do durmitório debaixo hum tapamento de madeira»<sup>75</sup>, por forma a preparar um espaço provisório para as refeições. A reconstrução ficou concluída no triénio seguinte<sup>76</sup>.

Aos ciclos construtivos seguiram-se ciclos de renovação artística, que concederam sumptuosidade aos refeitórios, ao mesmo tempo que os imbuíram da sacralidade que estava reservada a outros espaços monásticos, nomeadamente a igreja, sacristia, sala do Capítulo e claustro. Em 1780-1783, sobre a porta do refeitório do Mosteiro de Cucujães dispôs-se «hum nicho de madeira pintada e se colocou nelle a imagem do Senhor prezo a coluna»<sup>77</sup>. Igualmente em 1780-1783 o pavimento do refeitório do Mosteiro de Bustelo foi renovado. Colocou-se ainda «novo quadro, pintouce toda abobeda pondo no meio da mesma hum tarjão em que se representa a ultima vizita

<sup>69</sup> Não obstante Santos Simões datar os azulejos do refeitório de São Bento da Saúde de cerca de 1770 (SIMÕES, 1979: 221-222), uma vez que os relatórios trienais do mosteiro correspondentes a este período não fazem qualquer referência à sua aquisição e colocação, admitimos que sejam próximos à datação dos azulejos do refeitório de São Bento da Vitória (1761-1764), cuja iconografia (vida de São Bento) e origem (oficina lisboeta) são idênticos, além da edificação do mosteiro portuense ser coetânea à do refeitório de São Bento da Saúde.

<sup>70</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1758-1761 (1), n.º 104, fl. 9v.

<sup>71</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1761-1764 (2), n.º 105, fl. 15v.

<sup>72</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1761-1764 (2), n.º 105, fl. 14v. Cf. ALMEIDA, 2004: I, 185-186.

<sup>73</sup> «Fece o refeitório quazi todo de novo e se abrião com millhor ária as suas frestas». ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de Nossa Senhora da Estrela, 1755-1758, n.º 88, fls. 7v-8. Cf. SMITH, 1972: 92, nota 61.

<sup>74</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de Nossa Senhora da Estrela, 1758-1761, n.º 88, fl. 8.

<sup>75</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São Bento dos Apóstolos, 1755-1758 (1), n.º 92, fl. 8v.

<sup>76</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São Bento dos Apóstolos, 1758-1761, n.º 92, fl. 7.

<sup>77</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro do Couto de Cucujães, 1780-1783, n.º 115, fl. 11v.

que o Nosso Santíssimo Patriarcha fes a sua irmã Santa Escolastica»<sup>78</sup>. No Mosteiro de Palme, a renovação do forro do teto do refeitório, juntamente com os espaldares e assentos, deu lugar à pintura «a oleo fingindo no tecto hum estuque italiano e diversos marmores nos entabullamentos e molduras; como tambem nas suas frestas», fingindo-se outras «para formosura desta caza»<sup>79</sup>. No Mosteiro de Ganfei, no governo de frei José da Expectação (1780-1783), foi determinada uma verba «para se fazer a obra da fonte do refeitório de frente da ministra de pedraria lavrada conforme o risco que se fez»<sup>80</sup>. Não obstante o refeitório ter sido nobilitado com o lavabo, no triénio seguinte foi retirado para a cerca, «com o fim de evitar as humidades, que a dita fonte cauzaria na dispensa»<sup>81</sup>.

Anos mais tarde (1786-1789), o refeitório do Mosteiro de Alpendurada, edificado na primeira metade de Setecentos, foi revestido de azulejo e procedeu-se ao corte de «hum arco de pedra que o desfiava». A obscuridade do anterefeitório motivou intervenções adicionais, como a colocação de «hum caixilho por sima da porta do refeitório para dar mais luz ao anterefeitório» e a abertura de «hum aogo furtada»<sup>82</sup>.

Na década de 90 do século XVIII, compôs-se o refeitório de Paço de Sousa<sup>83</sup>, enquanto o refeitório de Cucujães foi inteiramente renovado onde, entre outras intervenções, «rasgarão-se mais as frestas», endireitou-se o lajeamento e colocou-se «na testa do mesmo hum magnifico e novo quadro da Cea, tudo oleado, pintado e bem acabado»<sup>84</sup>.

As intervenções construtivas operadas nos edifícios monásticos nas primeiras décadas de Oitocentos manifestam o dinamismo dos beneditinos na prossecução das alterações necessárias à atualização formal e melhoramento do edificado. Em Bustelo, junto às escadas de acesso ao dormitório, «abrio-se hũa porta para o refeitório, [...] obra de muita commodidade para os religiosos, por evitar-lhe o grave imcomodo que experimentavam em descer para a sachristia e refeitório em hũa caza tão perseguida dos ventos»<sup>85</sup>.

Em Pombeiro, a profunda renovação dos dormitórios, na continuidade da renovação da portaria, iniciada em finais do século XVIII, originou alterações nas dependências adstritas. No lanço sul «se fez a obra nova que contem em si o refeitório, despença, caza de comer para hospedes, e cozinha tudo com duzentos e dois palmos

<sup>78</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São Miguel de Bustelo, 1780-1783, n.º 128, fl. 14v. Cf. MAIA, 1985-1986: 73.

<sup>79</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro do Salvador de Palme, 1780-1783, n.º 120, fls. 9-9v.

<sup>80</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro do Salvador de Ganfei, 1780-1783, n.º 90, fl. 10.

<sup>81</sup> ADB. *Benedictinos, Mosteiro do Salvador de Ganfei*, Livro dos conselhos, 1783-1806, n.º 55, fl. 7.

<sup>82</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de João de Alpendurada, 1786-1789, n.º 102, fl. 21.

<sup>83</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa, 1792-1795, n.º 100, fl. 17.

<sup>84</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro do Couto de Cucujães, 1795-1798, n.º 115, fl. 9v.

<sup>85</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São Miguel de Bustelo, 1801-1804, n.º 128, fl. 18.

de comprido»<sup>86</sup>. Refeitório e despensa foram reforçados com «com linhas de ferro, e traves com ferrolhos», e o refeitório foi ainda ornado no interior «com estuque e as paredes pintadas de marmore para se poderem lavar, e se lhe pos hum quadro do Castello de Emaus»<sup>87</sup>. A pintura do interior ficou concluída no triénio seguinte, na mesma altura em que «se mudou adegas para o refetorio velho»<sup>88</sup>.

A absorção dos ideais da Revolução Francesa (1789) começou lentamente a manifestar-se em Portugal desde finais de Setecentos. Porém, a situação agravou-se com as convulsões geradas pelas sucessivas invasões do território pelo exército napoleónico (1807-1811), que afetaram grandemente as casas monásticas beneditinas. Devido à sua localização estratégica e proximidade com a praça-forte de Valença, o Mosteiro de Ganfei serviu de quartel-general das tropas portuguesas, na defesa do território fronteiriço contra o avanço do exército francês. Após a capitulação de Valença, a 17 de abril de 1809, o mosteiro foi incendiado<sup>89</sup>. Foi necessário reconstruir todo o edifício, incluindo o refeitório<sup>90</sup>, de modo que, a 18 de julho de 1811, se mudassem os monges «para o mosteiro que estava ja prompto e capaz de recebe-los»<sup>91</sup>.

Igualmente avassalador foi o efeito provocado no Mosteiro de Pombeiro, incendiado a 13 de maio de 1809, salvando-se apenas a sacristia e igreja<sup>92</sup>. Foi necessário erguer todas as dependências monásticas afetadas, nomeadamente o refeitório<sup>93</sup>, num imenso esforço de reconstrução, incompleta, de que o novo claustro é símbolo.

O Mosteiro de São Bento dos Apóstolos ainda não havia recuperado do Terramoto de 1755 quando, em finais de 1809, as tropas napoleónicas destruíram a parte inferior do dormitório<sup>94</sup>. O incidente motivou a reconstrução dos pisos inferior e superior do dormitório e intervenção na «cella do cunhal, que serve de refeitório»<sup>95</sup>.

As invasões das tropas napoleónicas tiveram indireta repercussão nos edifícios monásticos beneditinos por via da sua transformação em hospitais militares, servindo não só tropas portuguesas, como francesas e inglesas. Assim se verificou no Mosteiro

<sup>86</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, 1801-1804, n.º 122, fl. 16v. Cf. ROCHA, 2011: 133.

<sup>87</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, 1801-1804, n.º 122, fls. 16v-17.

<sup>88</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, 1804-1807, n.º 122, fl. 13v.

<sup>89</sup> ADB. *Beneditinos, Mosteiro do Salvador de Ganfei*, Dietário e costumeiro, 1800, n.º 59, fls. 75v-76. SARAIVA, [século XIX]: fls. 128-128v; OLIVEIRA, 2005: 79-80.

<sup>90</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro do Salvador de Ganfei, 1810-1813, n.º 90, fl. 13v.

<sup>91</sup> ADB. *Beneditinos, Mosteiro do Salvador de Ganfei*, Dietário e costumeiro, 1800, n.º 59, fl. 76v.

<sup>92</sup> NEVES, 1809: 24-26. Cf. BARROS, 2011: 198-199; OLIVEIRA, 2005: 86-87.

<sup>93</sup> Depois do incêndio foi «cuberto o sitio do refeitório novo, e despensa, por mediar entre a adega do azeite, e a cozinha». ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, 1807-1810, n.º 122, fl. 11v. Mais tarde, «barrotarão-se todos os dormitorios, varanda, refeitório, caça de comer, e despensa, e cobrio-se todo este abarrotamento de solho para dar passagem para as diferentes officinas». ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, 1813-1816, n.º 122, fl. 10v. Cf. BARROS, 2011: 199.

<sup>94</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São Bento dos Apóstolos, 1813-1816, n.º 92, fl. 10; OLIVEIRA, 2005: 132.

<sup>95</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São Bento dos Apóstolos, 1813-1816, n.º 92, fl. 10v.

de São Bento da Vitória e nos colégios de Coimbra e da Estrela. Esta ocupação implicou a adaptação dos edifícios ao cumprimento da nova função, para a qual não haviam sido concebidos. Os refeitórios foram improvisados noutras dependências, ou funcionavam em casas anexas, como no caso dos beneditinos de Coimbra. Privados do edifício monástico desde 1810, apenas em 1814 o colégio foi restituído aos religiosos. Operaram-se intervenções de carácter reconstrutivo ao longo da prelazia de frei Rodrigo de Santa Escolástica (1813-1816), como a realizada no refeitório<sup>96</sup>.

No Mosteiro de São Bento da Vitória, a ocupação do edifício aquando da invasão da cidade do Porto pelos franceses (março a maio de 1809), levou os religiosos a adaptarem outra dependência para refeitório<sup>97</sup>. Quando, em 1819-1822, foi restituído à função original, foram necessárias obras de restauro do dormitório e refeitório, de modo a resgatar «o mosteiro do vexame que soffria à dez annos pela occupação do Hospital Militar; cuja restauração se effectuou logo no principio do triennio»<sup>98</sup>.

Desde a invasão da capital portuguesa pelas tropas napoleónicas (1808-1809) que o Colégio de Nossa Senhora da Estrela adquirira a função de hospital militar. No entanto, em abril de 1818, com a mudança de valências do exército português para o colégio, «a Botica Geral do Exercito [...] se estabeleceu no refeitório servindo-lhe de armazem ambos os corredores, superior e inferior, que correm ao longo da igreja, da parte do Evangelho, e de cozinha metade da do Collegio»<sup>99</sup>. Ao contrário dos edifícios monásticos anteriores, os beneditinos da Estrela não voltaram a recuperar a totalidade do colégio, vendo-se constantemente privados de dependências fundamentais do edifício.

Relativamente à renovação artística no período de Oitocentos, a par da intervenção no refeitório de Pombeiro antes do incêndio (1801-1807), decorreu a renovação do refeitório do Mosteiro de Santo Tirso, largamente beneficiado com o rebaixamento do azulejo, renovação do púlpito, colocação de sanefas douradas nas janelas e «de novo hum grande quadro que representa a Jezus Christo em caza do Farizeu». Por forma a «tudo se conservar melhor e sem humidade se fes e alargou o canno que corre em roda do mesmo refeitório dando huma nova sahida as aguas»<sup>100</sup>. Em igual período, assoalhou-se o refeitório de Alpendurada «e nelle se pos hum painel novo, feito pelo nosso egresso Joze Teixeira Barreto, o que representa as Bodas de Cana»<sup>101</sup>. Por último, como medida de conservação, no Mosteiro de Bustelo «lavarão-se e

<sup>96</sup> «[...] e finalmente, preparou-se esta oficina [refeitório] de novo e com a decencia devida, quando nos restituimos ao Collegio». ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Colégio de São Bento de Coimbra, 1813-1816, n.º 131, fl. 14.

<sup>97</sup> «Pintou-se a oleo o tecto da cella que serve para este menisterio, e as paredes della». ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1816-1819, n.º 105, fl. 12v.

<sup>98</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1819-1822, n.º 105, fl. 6.

<sup>99</sup> *Diatario* [...], 1800: fl. 126v.

<sup>100</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de Santo Tirso, 1804-1807, n.º 111, fl. 17.

<sup>101</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de João de Alpendurada, 1804-1807, n.º 103, fl. 18.

avivarão se com oleo todas as pinturas do coro, sachristia e refeitório; e este foi dealbado pelos lados e tecto»<sup>102</sup>.

### 3. CARACTERIZAÇÃO DO REFEITÓRIO NA ARQUITETURA MONÁSTICA BENEDITINA

#### 3.1. Localização espacial

Os textos normativos beneditinos são omissos quanto à determinação da localização do refeitório. Pese embora a atenção que mereceram as questões práticas relativas à alimentação dos religiosos, São Bento não introduziu na Regra qualquer determinação relativa à edificação do espaço de refeições e sua localização no edifício monástico, o mesmo acontecendo com o texto das Constituições. A realidade construtiva dos refeitórios beneditinos portugueses apresenta cambiantes relativamente à localização que confirmam, por um lado, a ausência normativa, e, por outro, o cuidado na distribuição funcional das diferentes dependências que acediam diretamente ao claustro, no intuito de criar um todo harmonioso e orgânico, na senda do plano modelar de St. Gall (século IX), ideia reforçada no tratado de São Carlos Borromeo<sup>103</sup>. Estes aspetos contrariam a classificação genérica apresentada por Nelson Correia Borges, que situa o refeitório nas casas monásticas beneditinas e agostinhas «ao longo do lado do claustro oposto à igreja», remetendo para a arquitetura cisterciense os refeitórios perpendiculares ao templo<sup>104</sup>. Os casos de estudo analisados expõem factos que nos permitiram retirar considerações distintas.

Um dos elementos que interferiu na distribuição do refeitório no complexo monástico foi a implantação do edifício monástico relativamente à igreja, embora não a mais significativa. Apesar da maioria dos claustros beneditinos estar implantada a sul da igreja monástica, casos há que condicionantes topográficas determinaram a sua edificação noutras áreas. Nos mosteiros de Ganfei, Refojos de Basto e Bustelo, o claustro encontra-se implantado a norte. O Mosteiro de São Bento da Saúde constituía um caso excecional, onde estavam projetados quatro claustros, separados pela igreja. Contudo, foram edificados apenas dois e deu-se princípio ao terceiro claustro, incompleto. Encontravam-se implantados a norte e sul da igreja. Por último, pela função que desempenhavam, nos colégios de São Bento de Coimbra e Nossa Senhora da Estrela o edifício monástico organizava-se em torno de pátios. Em Coimbra,

<sup>102</sup> ADB. CSBB, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São Miguel de Bustelo, 1810-1813, n.º 128, fls. 9v-10.

<sup>103</sup> Não obstante as determinações relativas ao refeitório corresponderem a mosteiros femininos, o autor recomenda que «constrúyase en el lugar que sea más cómodo que lás demás partes del monasterio» (BORROMEIO, 1985 [1577]: 93), sendo interessante o seu cumprimento nas casas monásticas do ramo masculino da ordem beneditina portuguesa.

<sup>104</sup> BORGES, 1998: 50.

o pátio encontrava-se a sul da igreja, enquanto no Colégio da Estrela a igreja separava os pátios implantados a nascente e poente do templo.

Passando à localização do refeitório no plano do claustro/pátio, nos mosteiros de Santa Maria de Carvoeiro<sup>105</sup>, São Bento da Vitória, São Martinho de Cucujães, Salvador de Paço de Sousa<sup>106</sup>, Santa Maria de Pombeiro, São Martinho de Tibães e Colégio de Coimbra<sup>107</sup>, os refeitórios situavam-se no lanço sul. Para os casos enunciados, o refeitório era imediatamente sucedido pela cozinha, ou encontrava-se na sua proximidade.

Não obstante o elevado número de refeitórios situados na ala sul, não menos expressivos são os exemplos de localização na ala nascente, perpendiculares à igreja, precedidos pela sacristia. Neste grupo encontram-se os refeitórios dos mosteiros do Salvador de Ganfei, Salvador de Travanca, São Miguel de Refojos de Basto, São Miguel de Bustelo, São João de Arnóia, Palme e Santo Tirso.

Residuais são os casos de refeitórios situados no lanço poente do claustro. Colhemos exemplo no Mosteiro de Santo André de Rendufe, no Colégio da Estrela, no pátio com a mesma orientação<sup>108</sup>, e nos primitivos refeitórios de Alpendurada e São Bento da Saúde. Este último situava-se no segundo claustro, no local onde estava projetada uma despensa<sup>109</sup>. Com a edificação do novo refeitório, na segunda metade do século XVIII, o refeitório passou para a ala norte do terceiro claustro, incompleto. Situação idêntica aferiu-se no Mosteiro de Alpendurada, onde o primitivo refeitório, situado no lanço poente do claustro, foi substituído por nova dependência, no prolongamento do lanço nascente.

A maioria dos refeitórios beneditinos situava-se no piso do claustro, embora se encontrem casos de presença da sala de refeições no sobreclaustro. O primitivo refeitório do Mosteiro de Tibães situava-se no piso superior do claustro da igreja<sup>110</sup>, situação partilhada pelo primeiro refeitório de Bustelo quando, em 1689-1692, por altura da edificação do novo espaço, se «poz o refectorio no andar da abobeda»<sup>111</sup>, isto é, foi transferido para o piso do claustro. Também o refeitório de Paço de Sousa

<sup>105</sup> De acordo com a reconstituição apresentada pelo arquiteto Gil de Lima. *Vd.* LIMA, 2015: 71.

<sup>106</sup> «Refetorio com suas janelas pera o meyo dia». SÃO TOMÁS, 1974 [1651]: II, 271. Cf. RODRIGUES, 2006: I, 106.

<sup>107</sup> «no dormitorio velho, que faz frontaria para o Mondego, em o qual se fizerão az freztaz do refetorio e sacadaz doz corredorez». ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Colégio de São Bento de Coimbra, 1746-1748, n.º 129, fl. 18v.

<sup>108</sup> *Diatario* [...], 1800: fls. 23v-24.

<sup>109</sup> A recente descoberta do manuscrito pertencente ao AFBAUP com as plantas do Mosteiro de São Bento da Saúde, por Teresa Parra da Silva, fez incidir nova luz sobre os espaços do antigo edifício monástico, profundamente alterado nos séculos XIX e XX.

<sup>110</sup> «Tem no simo da dita claustra sua caza de Capitulo, e refectorio e cada hũa dellas ollivelada e bem feita de assentos forrados e encostos». FERRO, 1987: 206.

<sup>111</sup> CASTRO, 1896: 133. Cf. MAIA, 1985-1986: 72-73.

se situava no sobreclaustro, como notou frei Leão de São Tomás<sup>112</sup>, e o novo refeitório de Alpendurada.

Relativamente ao plano do claustro, verificou-se variação do nível de cota de alguns refeitórios. Nos mosteiros de Bustelo, Refojos de Basto, Rendufe, Tibães, São Bento da Vitória e Alpendurada (primitivo refeitório), os refeitórios encontram-se numa cota inferior ao nível do primeiro plano do claustro, tornando necessária a existência de escadas. As escadas acediam diretamente à área do refeitório em Bustelo, Refojos de Basto e São Bento da Vitória, enquanto nos mosteiros de Tibães e Alpendurada as escadas davam acesso ao anterrefeitório. Em Rendufe, as escadas acediam ao átrio que separava o refeitório da cozinha. Inicialmente o acesso ao refeitório era feito por uma escada que dava diretamente da porta do claustro para o refeitório, como noutros casos enunciados, sendo mais tarde entaipado o acesso e retiradas as escadas.

### 3.2. Elementos do plano e da construção

Em termos espaciais, o refeitório era uma sala de planta retangular, uma dependência sóbria do ponto de vista construtivo. A mesa do abade presidia a sala, dispendo-se as restantes mesas ao longo das paredes, em duas filas, sendo os lugares ocupados de acordo com a hierarquia dos cargos e ancianidade dos monges<sup>113</sup>. A maioria dos refeitórios beneditinos era antecedida por uma antecâmara (anterrefeitório), onde se encontrava o lavabo, para a realização das abluções antes das refeições. A existência de anterrefeitório verificou-se em diversos edifícios monásticos, como nos mosteiros de São Bento da Saúde, São Martinho de Tibães, São Miguel de Refojos de Basto, São Miguel de Bustelo e São João de Alpendurada (nos refeitórios novo e antigo). Os *Estados* informam da sua presença no Colégio de Nossa Senhora da Estrela<sup>114</sup> e no Mosteiro de Santa Maria de Miranda<sup>115</sup>. Devido à extensão do claustro, entretanto desaparecido, é admissível que o Mosteiro de Santa Maria de Carvoeiro dispusesse de anterrefeitório.

Em alguns casos existia unicamente o refeitório, encontrando-se o lavabo na parede exterior do refeitório, voltado para o claustro, como em Arnóia (Fig. 2), colocado no lanço nascente, e em Travanca, no lanço sul do claustro.

Relativamente ao material dos lavabos, a pedra foi o elemento preferencial utilizado na construção destes equipamentos. Não obstante os poucos exemplares conservados, os relatórios trienais informam sobre a existência de lavabos em pedra

<sup>112</sup> «Todos estes Abbades triennâes acrecentarão o Mosteyro em edificios que dantes não tinham, [...] casa de capitulo nas claustras altas, no andar das mesmas, Refeitorio com suas janelas pera o meyo dia». SÃO TOMÁS, 1974 [1651]: II, 271. Cf. RODRIGUES, 2006: I, 106.

<sup>113</sup> MARTINS, 2000-2001: 24. Cf. BORGES, 1998: 50-51; DIAS, 1997a: 29; ESCHAPASSE, 1963: 19; LINS, 2002: I; 113.

<sup>114</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de Nossa Senhora da Estrela, 1716-1719, n.º 88, fl. 8.

<sup>115</sup> «Fesse hũa casa ante feito[rio] com suas vidraças e lavatorio». ADB. *Beneditinos, Mosteiro de Santa Maria de Miranda*, Livro do depósito, 1686, n.º 32, fl. 168.



**Fig. 1**  
Lavabo do anterrefeitório do Mosteiro de São Miguel de Refojos de Basto, Cabeceiras de Basto (1626-1629)



**Fig. 2.** Lavabo do refeitório do Mosteiro de São João de Arnóia, Celorico de Basto (1728-1731)

nos mosteiros de Alpendurada<sup>116</sup> e Palme<sup>117</sup>. Foram ainda empregues outros materiais, nomeadamente os metais, como estanho, no caso dos lavabos dos mosteiros de Cucujães<sup>118</sup> e Miranda<sup>119</sup>, e latão, no Colégio da Estrela<sup>120</sup>. Encontra-se ainda documentada a presença de lavabos noutros refeitórios, sem indicação do material de construção, como apurado nos mosteiros de Tibães<sup>121</sup> Santarém<sup>122</sup>, Arnóia<sup>123</sup>, Saúde<sup>124</sup>, Neiva<sup>125</sup> e no Colégio de São Bento de Coimbra<sup>126</sup>.

Passando ao interior do refeitório, a solução adotada no sistema de cobertura contribuía de forma substancial para conceder imponência ao espaço. A preferência pelo forro de madeira para cobertura do refeitório é notória. Materializado em tetos engessados, pintados e dourados, este sistema de cobertura foi apurado nos mosteiros de Carvoeiro<sup>127</sup>, Santo Tirso<sup>128</sup>, Paço de Sousa<sup>129</sup>, Miranda<sup>130</sup>, Cabanas<sup>131</sup>, Neiva<sup>132</sup>, Arnóia<sup>133</sup>, Santarém<sup>134</sup>, Cucujães<sup>135</sup> e Palme<sup>136</sup>.

<sup>116</sup> «A porta do refeitório se fes hum lavatorio de pedraria e agoa perene». ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de João de Alpendurada, 1626-1629, n.º 101, fl. 9v.

<sup>117</sup> «fesse hum lavatorio de esquadria mui bem lavrado». ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro do Salvador de Palme, 1662-1665, n.º 119, fls. 8-8v.

<sup>118</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro do Couto de Cucujães, 1638-1641, n.º 114, fl. 4v.

<sup>119</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de Santa Maria de Miranda, 1653-1656, n.º 125, fl. 6.

<sup>120</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de Nossa Senhora da Estrela, 1647-1650, n.º 88, fl. 4. Foi substituído em 1716-1719 por um novo, possivelmente em pedra.

<sup>121</sup> ADB. *Beneditinos, Mosteiro de São Martinho de Tibães*, Autos de tombos, 1654, n.º 6, fl. 33v. Cf. FONTES, 2005: 178.

<sup>122</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São Bento dos Apóstolos, 1713-1716, n.º 92, fl. 7.

<sup>123</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São João de Arnóia, 1728-1731, n.º 93, fl. 12.

<sup>124</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São Bento da Saúde, 1740-1743, n.º 106, fl. 17v.

<sup>125</sup> ADB. *Beneditinos, Mosteiro de São Romão de Neiva*, Livro das obras, 1749-1761, n.º 158, fl. 11v.

<sup>126</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Colégio de São Bento de Coimbra, 1789-1792, n.º 130, fl. 13; 1798-1801, n.º 131, fl. 15v.

<sup>127</sup> «Travejou-se de novo o refeitório com traves fransezas por não estar seguro, e forrou-se de paineis com suas molduras e rompantes». ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de Santa Maria do Carvoeiro, 1629-1632, n.º 123, fl. 9.

<sup>128</sup> «Fes-se o refeitório [...] todo forrado de castanho bem obrado com seus florens, e no meio do tecto com as armas de Nosso Padre São Bento estofadas e douradas». ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de Santo Tirso, 1653-1656, n.º 109, fls. 11-11v.

<sup>129</sup> «[...] emgessou-se o forro com seus perfillos azuis». ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa, 1719-1722, n.º 99, fl. 7v. Cf. RODRIGUES, 2006: I, 106-107.

<sup>130</sup> «Concertou-se o forro do refeitório, e se ingeçou». ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de Santa Maria de Miranda, 1737-1740, n.º 125, fl. 6.

<sup>131</sup> «[...] forraram-se tres selas, [...] e o refeitório, estucandosse». ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São João de Cabanas, 1728-1731, n.º 126, fl. 7.

<sup>132</sup> Em 1736 registou-se um pagamento aos carpinteiros por, entre outras obras, serrarem madeira para o «forro do refeitório». ADB. *Beneditinos, Mosteiro de São Romão de Neiva*, Livro das obras, 1719, n.º 157, fl. 57v.

<sup>133</sup> «Item forou-se o refeitório e solhouse». ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São João de Arnóia, 1629-1632, n.º 93, fl. 9v. Em 1758-1761, o refeitório «Pintou-se de geso por cima». ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São João de Arnóia, 1758-1761, n.º 94, fl. 15v. Cf. SOUSA, 2008: 101.

<sup>134</sup> Em 1760 registou-se o gasto «do carpenteiro que fez as molduras para o forro de madeira que se pos em roda no refeitório, mil quatrocentos e quarenta». ANTT. *Mosteiro de São Bento de Santarém*, Livros de obras, 1759-1813, liv. 11, fl. 8v.

<sup>135</sup> «Consertou-se o refeitório, pintou-se o forro». ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro do Couto de Cucujães, 1770-1773, n.º 115, fl. 9v.

<sup>136</sup> «Reformou-se toda a casa do refeitório cujo forro estava a cair sobre a comunidade. Fez-se de novo todo este forro de castanho». ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro do Salvador de Palme, 1780-1783, n.º 120, fls. 9-9v.



**Fig. 3**  
Primitivo refeitório do Mosteiro de São João de Alpendurada, Marco de Canaveses



**Fig. 4**  
Refeitório do Mosteiro de Santo André de Rendufe, Amares (1685)

Os beneditinos manifestaram igualmente interesse pela cobertura em abóbada, apurada quer nas fontes compulsadas como *in situ*. No primitivo refeitório de Alpendurada (Fig. 3), a cobertura era materializada numa abóbada de berço, onde os arcos de volta perfeita assentam sobre mísulas, provocando o ressalto da cornija. O modelo foi simplificado no refeitório de Bustelo, onde desaparecem as mísulas, e a cornija, de talhe simples, ostenta ainda vestígios de pintura polícroma<sup>137</sup>. Embora ligeiramente abatido, o novo refeitório de Alpendurada apresenta cobertura em abóbada de penetrações. As abóbadas adquiriram maior complexidade nos refeitórios de maiores dimensões e, por conseguinte, tornaram-se mais interessantes pelos efeitos construtivo e estético. Assim se verificou no refeitório do Mosteiro de Rendufe (Fig. 4), com a

<sup>137</sup> Atualmente, o teto do antigo refeitório apresenta arcos diafragma, que parecem ter sido introduzidos aquando da reforma do sistema de cobertura.

conjugação da cobertura em abóbada de asa de cesto com abóbada de penetrações, onde os arcos, assentes sobre grossas mísulas, marcam os tramos, acentuados pelas lunetas cegas sobre arcos de volta perfeita. A abóbada de cruzaria em arco abatido constituiu a solução adotada no Mosteiro de Refojos, repetida no refeitório de São Bento da Vitória, com os arcos e nervuras a descarregar sobre mísulas, finamente decoradas com óvulos e sobreposição de planos decrescentes, em Refojos, e folha tripartida pendente no refeitório portuense. O recurso a abóbada está ainda documentado para os refeitórios de Pombeiro<sup>138</sup>, Santo Tirso<sup>139</sup>, São Bento da Saúde<sup>140</sup> e Ganfei<sup>141</sup>. Apesar de não surgir qualquer referência documental sobre o sistema de cobertura nos refeitórios de Tibães e Coimbra, é plausível que, pela dimensão dos edifícios e sua importância, fossem espaços abobadados.

Relativamente aos panos murários, a sua animação foi atingida com recurso aos elementos arquitetónicos, como portais, vãos de iluminação, púlpitos e armários. Os portais, geralmente dois, relativamente próximos um do outro, permitiam o ingresso no refeitório ora através do claustro, ora pelo anterrefeitório (se existente), ou pela copa. A sua distribuição e forma eram diferenciadas. Assim, o portal de acesso vindo pelo claustro era aberto perpendicularmente em relação ao eixo longitudinal do refeitório e apresentava padieira reta, enquanto o portal de acesso pelo anterrefeitório, ou pela copa, encontrava-se no eixo longitudinal, no fundo do refeitório, no alçado oposto ao da colocação da mesa do abade, que presidia às refeições. Este portal era geralmente definido por arco de volta perfeita, ladeado por dois armários retangulares em pedra, de tamanho variável, onde eram embutidos armários de madeira, utilizados para reserva dos utensílios necessários às refeições. Não obstante a repetição desta tipologia em vários refeitórios analisados, verificaram-se exceções nos mosteiros de Refojos de Basto, Bustelo, Rendufe e Alpendurada. No primeiro caso, existiam dois portais de acesso ao refeitório pelo claustro e um pelo anterrefeitório, perfazendo o total de três portais. Também o refeitório de Bustelo apresentava três portais, estando um deles aberto no fundo da escada de acesso ao dormitório<sup>142</sup>. Em Rendufe, o portal de acesso pelo claustro foi entaipado, enquanto o portal que dava para o anterrefeitório, ao invés do arco de volta perfeita, apresenta padieira reta. No primitivo refeitório do Mosteiro de Alpendurada, os portais de acesso ao anterrefeitório e refeitório eram baixos, de padieira reta e apenas o último, aberto no eixo longitudinal do refeitório, permitia o acesso direto ao espaço. No novo refeitório,

<sup>138</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, 1722-1725, n.º 121, fl. 11.

<sup>139</sup> «[...] assentarem a telha, que o cobria sobre a abobeda d'elle». ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de Santo Tirso, 1725-1728, n.º 109, fls. 18v-19.

<sup>140</sup> «O refeytorio se consentou e dealbou todo pella abobeda». ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São Bento da Saúde, 1731-1734, n.º 106, fl. 8v.

<sup>141</sup> ADB. *Beneditinos, Mosteiro do Salvador de Ganfei*, Dietário e costumeiro, 1800, n.º 59, fl. 76.

<sup>142</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São Miguel de Bustelo, 1801-1804, n.º 128, fl. 18.

os portais de acesso pelo claustro e pela copa estavam abertos perpendicularmente em relação ao eixo do refeitório. A marcação do espaço do anterfeitório e refeitório era feita por um imponente arco de volta perfeita, de tamanho correspondente à altura do refeitório.

Se o alçado do refeitório fronteiro ao claustro apresentava unicamente o portal de acesso, no alçado contrário abriam-se os vãos de iluminação<sup>143</sup>, o vão de acesso ao púlpito e a tribuna do púlpito. No entanto, uma vez mais os refeitórios do Mosteiro de Alpendurada constituem casos singulares no contexto beneditino. No primitivo refeitório, esta disposição encontra-se invertida, com o púlpito e as escadas de acesso no alçado fronteiro ao claustro e apenas os vãos de iluminação no alçado oposto. No novo refeitório, uma vez que fora edificado no prolongamento do lanço nascente, os vãos de iluminação foram abertos no lanço fronteiro ao claustro e o púlpito aberto no alçado contrário, fronteiro à copa. Outra particularidade reside na existência de vãos de iluminação no topo de ambos os refeitórios.

Quanto ao sistema de fenestração dos refeitórios beneditinos, este era definido por número variável de vãos de iluminação, de acordo com a dimensão do refeitório. A generalidade dos refeitórios dispunha de três vãos retangulares de iluminação (janelas de parapeito), mas casos havia que esse número era de dois (Palme<sup>144</sup> e Miranda<sup>145</sup>), quatro (Refojos de Basto, Cabanas<sup>146</sup> e São Bento da Vitória), cinco (Santo Tirso<sup>147</sup> e Rendufe), seis (São Martinho de Tibães) e sete (São Bento da Saúde). O novo refeitório apresenta a particularidade de ter duas janelas de parapeito e uma de sacada, abertas para o terraço com balaustrada, particularidade que nenhuma outra casa monástica detinha. Relativamente aos vãos do topo da nova dependência de refeições, apresentam-se distribuídos em dois vãos retangulares sobrepujados por dois vãos em quarto de círculo, a acompanhar a curvatura da abóbada, enquanto o vão de iluminação do topo do primitivo refeitório, retangular, estava aberto na parte superior do alçado, concedendo maior luminosidade ao interior. Com exceção das janelas do refeitório de São Bento da Vitória, cuja parte superior das molduras apresenta recorte ondulado, onde se inscrevem enrolamentos, nos restantes casos as molduras são lisas, desprovidas de ornamento. No refeitório do mosteiro português as janelas apresentam ainda outra particularidade, manifestada na diferença

<sup>143</sup> Nesta distribuição, os beneditinos portugueses afastaram-se do tratado de São Carlos Borromeo, que determinava a existência de «ventanas por ambos lados, desde donde penetre la luz». BORROMEIO, 1985 [1577]: 94.

<sup>144</sup> «Fesse [...] hum refectorio com duas frestas grandes». ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro do Salvador de Palme, 1662-1665, n.º 119, fls. 8-8v.

<sup>145</sup> «Fesse o refeitório [...] com duas frestas grandes». ADB. *Beneditinos, Mosteiro de Santa Maria de Miranda*, Livro do depósito, 1686, n.º 32, fl. 168.

<sup>146</sup> «[...] o refeitório com coatro frestas». ANTT. *Mosteiro de São João de Cabanas*, Tombo de propriedades, 1729-1734, liv. 11 fl. 144v.

<sup>147</sup> «Fes-se o refectorio [...] com sinco frestas de doze palmos em alto, e quatro de largo». ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de Santo Tirso, 1653-1656, n.º 109, fl. 11.



**Fig. 5**  
Refeitório do Mosteiro de  
São Martinho de Tibães,  
Braga (c. 1614-1629)

de tamanho entre o vão de iluminação exterior e a moldura no interior, originando uma acentuada obliquidade entre ambos os elementos.

O púlpito, a partir do qual eram realizadas as leituras durante as refeições, era o elemento diferenciador do refeitório relativamente a outras dependências monásticas. Acessível através de uma pequena porta, os estreitos degraus da escada abertos na espessura da parede conduziam à tribuna que abria para o espaço de refeições. As nuances relativamente a este elemento começam na sua disposição no alçado. Nos refeitórios com três e cinco janelas, os púlpitos antecedem os vãos de iluminação, isto é, são o primeiro elemento construtivo que assoma aquando da entrada no espaço. O mesmo não se verifica nos refeitórios com maior número de janelas. Por exemplo, nos mosteiros de São Bento da Vitória e São Martinho de Tibães (Fig. 5), o púlpito surge no meio do alçado, tal como prescrito por São Carlos Borromeo<sup>148</sup>, como rigoroso separador dos vãos de iluminação. No caso de Refojos de Basto, o seu desaparecimento torna inviável a procura pela sua localização no alçado. A ausência de escadas e vão de acesso parece confirmar a existência de púlpito de madeira, conferindo-lhe portabilidade<sup>149</sup>.

Quanto ao recorte do vão de acesso e da tribuna do púlpito, a maioria apresenta desenho simples, reto. No entanto, nos refeitórios de São Bento da Vitória e São Martinho de Tibães surgem particularidades assinaláveis. No primeiro, o recorte do vão de acesso apresenta moldura superior ligeiramente curva, enquanto no enquadramento da tribuna do púlpito repete-se o recorte dos vãos de iluminação,

<sup>148</sup> «Tenga [...] también por un lado un púlpito, dispuesta al centro de la pared, de donde la sacra lección se oiga cómodamente en todos lados». BORROMEIO, 1985 [1577]: 94.

<sup>149</sup> Cf. SEQUEIRA, 2006: 229, nota 12.



**Fig. 6**  
Púlpito do refeitório do Mosteiro de  
São Martinho de Tibães

concedendo ao conjunto um dinamismo elegante que o faz destacar-se dos demais refeitórios. Por sua vez, no Mosteiro de São Martinho de Tibães, as escadas e o púlpito encontram-se enquadrados por um reentrante arco de volta perfeita, inserido na espessura da parede (Fig. 6).

Igualmente escavado na espessura da parede, o nicho para colocação dos livros de leituras era um constituinte importante na estrutura do púlpito, pela sua função de reserva. Situada no cimo das escadas, a pequena cavidade era completada com uma estante de madeira embutida que, por via das vicissitudes sofridas pelos edifícios monásticos após a sua extinção, não foi possível encontrar em nenhum dos refeitórios. A entrada de luz neste reduzido espaço era outra preocupação, de modo a permitir iluminação ao leitor. Como o espaço era diminuto, a luz penetrava por uma pequena janela, aberta na parte posterior da tribuna do púlpito. Esta é visível, por exemplo, nos púlpitos dos refeitórios de Tibães, Bustelo e Rendufe.

Relativamente ao púlpito propriamente dito, a reutilização dos edifícios monásticos para outras funções e a venda do património móvel, aquando da extinção das ordens religiosas, privou-nos de contactar com maior número de exemplares. Apenas o púlpito do refeitório da casa-mãe da Congregação, talhado em pedra, subsistiu (Fig. 6). Os restantes desapareceram, incluindo do Mosteiro de Alpendurada, cujos balcões e mísulas são peças contemporâneas. Os *Estados* concederam um auxílio precioso no

desvendar das soluções artísticas adotadas neste destacado elemento do espaço de refeições, onde as peças em madeira foram uma constante. A madeira de jacarandá foi o material eleito para os púlpitos de Santo Tirso<sup>150</sup> e São Bento da Vitória<sup>151</sup>. Este último foi substituído por «hum pulpito de pao preto primorozamente fabricado»<sup>152</sup>, colocado no governo de frei António da Madre de Deus (1761-1764). Igualmente de pau santo era a estante do púlpito de Paço de Sousa, enquanto o balcão era uma peça em talha, adornada com as armas da Congregação<sup>153</sup>. No refeitório de São Miguel de Refojos de Basto «na mesma forma de emtalha se fes hum púlpito»<sup>154</sup>. Embora não especificando o tipo de material e técnica, no púlpito do refeitório do Colégio de Nossa Senhora da Estrela «se puzerão tambem grades e estante»<sup>155</sup>, enquanto no Mosteiro de Ganfei «olearão-se os encostoz e púlpito do refeitorio»<sup>156</sup>.

A atenção dos beneditinos com o refeitório estendeu-se igualmente ao pavimento. Além de uma solução eficaz para limpeza e asseio do espaço, a procura por um pavimento que se coadunasse com o todo parece ter sido outra das preocupações. O uso do pavimento revestido por lajes de pedra esquadriada foi a solução mais corrente, documentada para os refeitórios de Cucujães<sup>157</sup> e Carvoeiro<sup>158</sup>, embora a sua utilização estivesse mais difundida. A aplicação das lajes em losango foi uma das variantes apreciada pelos beneditinos, presente no refeitório de Santo Tirso<sup>159</sup> e verificada nos vestígios de pavimento do arruinado refeitório de Tibães. Os losangos aplicados em xadrez preto e branco, obtido com recurso a diferentes tipos de pedra, foi a opção eleita para os refeitórios de São Bento da Saúde<sup>160</sup> e São Bento da Vitória<sup>161</sup>, cuja edificação é coeva. Este modelo foi replicado de forma distinta no refeitório de Bustelo, quando o pavimento foi renovado «todo de pedra liza e azolejo»<sup>162</sup>.

<sup>150</sup> «Fes se o refectorio [...] e o pulpito do Leitor com grades de jacaranda bronzeadas, e hum estante dourado e hum candieiro de lattão». ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de Santo Tirso, 1653-1656, n.º 109, fl. 11.

<sup>151</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1662-1665 (1), n.º 104, fls. 6v-7.

<sup>152</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1761-1764 (2), n.º 105, fl. 15v. A informação vem contrariar a informação veiculada por Geraldo Coelho Dias, ao afirmar que o refeitório tinha, por esta altura, um «púlpito de pedra metido na parede sul». Cf. DIAS, 1997b: 68.

<sup>153</sup> «Dourousse o púlpito e se puzerão no meyo de delle as armas do Nosso Padre São Bento. Posse no mesmo púlpito hum estante de pao preto». ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa, 1719-1722, n.º 99, fl. 7v. Cf. RODRIGUES, 2006: I, 106-107.

<sup>154</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São Miguel de Refojos de Basto, 1710-1713, n.º 132, fl. 10v.

<sup>155</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de Nossa Senhora da Estrela, 1716-1719, n.º 88, fl. 8v.

<sup>156</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro do Salvador de Ganfei, 1743-1746, n.º 89, fl. 12.

<sup>157</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro do Couto de Cucujães, 1626-1629, n.º 114, fl. 7.

<sup>158</sup> ADB. *Benedictinos, Mosteiro de Santa Maria do Carvoeiro*, Livro do depósito, 1632, n.º 82, fl. 89.

<sup>159</sup> «Fes-se o refectorio [...] todo de lizonja lageado». ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de Santo Tirso, 1653-1656, n.º 109, fl. 11.

<sup>160</sup> SILVA, GOMES, SILVA, 2002: 17, 30.

<sup>161</sup> «Lageou se o refectorio formado em xadrez de pedra branca e preta». ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1761-1764 (2), n.º 105, fl. 15 v.

<sup>162</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São Miguel de Bustelo, 1780-1783, n.º 128, fl. 14v. Cf. MAIA, 1985-1986: 73.

O recurso ao ladrilho foi outra opção suportada pelas fontes documentais. Contudo, não podemos deixar de manifestar uma certa reserva na utilização deste termo, podendo tratar-se, em certos casos, de uma questão semântica, confundindo os monges redatores dos *Estados* o ladrilhar com lajear<sup>163</sup>. Não obstante, não podemos omitir a sua utilização documentada para os refeitórios de Santarém<sup>164</sup>, São Bento da Vitória (primitivo refeitório)<sup>165</sup>, Colégio de São Bento de Coimbra<sup>166</sup> e São Bento da Saúde<sup>167</sup>.

Este compromisso com a utilização de materiais duráveis não excluiu o recurso a materiais de limitada durabilidade para pavimentação dos refeitórios, como a madeira. O uso do pavimento total ou parcialmente assoalhado verificou-se nos refeitórios de Arnóia<sup>168</sup>, Paço de Sousa<sup>169</sup>, Pombeiro<sup>170</sup>, Ganfei<sup>171</sup>, Alpendurada<sup>172</sup> e no primitivo refeitório de São Bento da Vitória<sup>173</sup>.

#### 4. SUBLIMAÇÃO ESPIRITUAL E ARTÍSTICA DO REFEITÓRIO BENEDITINO

Como inicialmente referido, o refeitório monástico encerrava em si uma dimensão mais vasta, que ultrapassava a simples satisfação de necessidades fisiológicas básicas. O usufruto daquele espaço contemplava a dimensão espiritual, veiculada não só através das leituras como pelas soluções artísticas adotadas. O cuidado empregado na renovação artística do refeitório, de modo a atingir a sublimação da espiritualidade do espaço, era como se de um templo se tratasse.

Um dos elementos que concorria para a sublimação espiritual era o retábulo. Apesar dos poucos exemplos, é interessante a existência deste tipo de estruturas no interior do espaço de refeições da comunidade, estando documentados retábulos nos refeitórios de Santarém<sup>174</sup>, Arnóia<sup>175</sup> e no primitivo refeitório de São Bento da

<sup>163</sup> Assim se verificou no Mosteiro de Carvoeiro onde, em 1632-1635, «ladrilhousse de pedra lavrada o refeitoreo». ADB. *Beneditinos, Mosteiro de Santa Maria do Carvoeiro*, Livro do depósito, 1632, n.º 82, fl. 89 (1632-1635).

<sup>164</sup> ADB. CSBP, *Estados dos mosteiros, Mosteiro de São Bento dos Apóstolos*, 1629-1632, n.º 92, fl. 5.

<sup>165</sup> ADB. CSBP, *Estados dos mosteiros, Mosteiro de São Bento da Vitória*, 1662-1665 (1), n.º 104, fl. 6v.

<sup>166</sup> «Ladrilhousse o refeitório por baixo das mezas e assentos». ADB. CSBP, *Estados dos mosteiros, Colégio de São Bento de Coimbra*, 1710-1713, n.º 129, fl. 7v.

<sup>167</sup> «A caza que ha-de servir de refeytorio, [...] se ladrilhou». ADB. CSBP, *Estados dos mosteiros, Mosteiro de São Bento da Saúde*, 1752-1755, n.º 107, fl. 13v.

<sup>168</sup> ADB. CSBP, *Estados dos mosteiros, Mosteiro de São João de Arnóia*, 1629-1632, n.º 93, fl. 9v; 1665-1668, n.º 93, fl. 4v.

<sup>169</sup> ADB. CSBP, *Estados dos mosteiros, Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa*, 1650-1653, n.º 99, fl. 8.

<sup>170</sup> ADB. CSBP, *Estados dos mosteiros, Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro*, 1719-1722, n.º 121, fl. 11.

<sup>171</sup> ADB. CSBP, *Estados dos mosteiros, Mosteiro do Salvador de Ganfei*, 1801-1804, n.º 90, fl. 13v.

<sup>172</sup> ADB. CSBP, *Estados dos mosteiros, Mosteiro de João de Alpendurada*, 1804-1807, n.º 103, fl. 18.

<sup>173</sup> ADB. CSBP, *Estados dos mosteiros, Mosteiro de São Bento da Vitória*, 1665-1668 (2), n.º 104, fl. 4.

<sup>174</sup> «[...] pós nelle hum retabolo de comprimento de seis palmos capax do refeitório». ADB. CSBP, *Estados dos mosteiros, Mosteiro de São Bento dos Apóstolos*, 1626-1629, n.º 92, fl. 5v.

<sup>175</sup> «[...] se pos no refeitório o retabolo do altar mor que sahiu da igreja». ADB. CSBP, *Estados dos mosteiros, Mosteiro de São João de Arnóia*, 1665-1668, n.º 93, fl. 4v. Cf. SOUSA, 2008: 64.



Fig. 7

A Ceia de Emaús. Quadro do refeitório de São Miguel de Bustelo (Penafiel), atualmente no lado do Evangelho da igreja monástica

Saúde<sup>176</sup>. Para o refeitório de Miranda chegou a estar prevista a colocação de um retábulo, «cujo se não mandou fazer por carencia de meios»<sup>177</sup>. No Mosteiro de Rendufe, a presença de um retângulo escavado na espessura do alçado do topo do refeitório sugere, se não a existência de um retábulo, pelo menos o enobrecimento do espaço com uma peça esculpida. Porém, em todos os casos a informação é limitada, permanecendo incógnitos outros dados relevantes, como a linguagem formal dos exemplares, a possível existência de peças de escultura, pintura, e outros objetos, ou mesmo dados relativos às invocações representadas.

O elemento mais comum no enobrecimento do interior dos refeitórios eram as representações pictóricas, cuja existência fora igualmente determinada por São Carlos Borromeo<sup>178</sup>. A iconografia estava intimamente ligada à temática da refeição, como a Última Ceia, ou a Ceia de Emaús. Eram igualmente recorrentes as representações de episódios da vida de São Bento, exemplo de virtude que devia ser continuamente recordado e imitado. Colocadas acima da mesa do abade, no topo do refeitório, diversas são as pinturas documentadas, embora poucas as que resistiram até aos nossos dias. Assim aconteceu com a representação da Ceia de Emaús, do refeitório de Bustelo, que se encontra na igreja do mosteiro (Fig. 7) e *Milagre do pão envenenado*, datada de 1703, pertencente ao refeitório de Refojos de Basto, da autoria do padre Manuel Correia de Sousa<sup>179</sup>, atualmente no salão nobre da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto, a funcionar no antigo edifício monástico.

<sup>176</sup> «Dourarão-se as molduras do retabolo do refeitório». ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São Bento da Saúde, 1626-1629, n.º 106, fl. 5.

<sup>177</sup> ADB. *Benedictinos, Mosteiro de Santa Maria de Miranda*, Livro dos estados, 1801-1831, n.º 2, fl. 96v.

<sup>178</sup> São Carlos Borromeo recomendou atenção neste domínio, determinando: «Tenga por la cabeza un ornato de sacras imágenes, pia e decorosamente pintadas». BORROMEIO, 1985 [1577]: 93-94.

<sup>179</sup> Sobre esta pintura, *vd.* ASSUNÇÃO, SERRÃO, PEREIRA, 2008: 53.

Depois da pintura, a azulejaria foi das opções mais recorrentes para animação dos alçados dos refeitórios. Cobrindo os panos murários até meia altura, dos azulejos de padrão aos azulejos figurativos, os beneditinos apreciaram este tipo de revestimento não só pelo seu carácter funcional, mas sobretudo por introduzir uma opção ao *gosto moderno* no refeitório. O seu uso está largamente documentado. Contudo, à semelhança da pintura, poucos são os exemplares conservados. Como os vestígios dos silhares de azulejos de padrão policromo (padrão P-342 e cercadura C-87<sup>180</sup>) do refeitório de Tibães, coevos dos azulejos dos lanços do segundo claustro, aplicados no triénio de 1626-1629<sup>181</sup>; os vestígios existentes no refeitório de Rendufe (padrão P-227<sup>182</sup>); e os azulejos de padrão azul e branco com enrolamentos vegetalistas presentes no refeitório de Refojos de Basto (1710-1713). Diferentes na cronologia, tipologia, linguagem formal e policromia eram os painéis de azulejo dos refeitórios de São Bento da Vitória (1761-1764) e São Bento da Saúde (c. 1758-1767) de oficina lisboeta, com representações de episódios da vida de São Bento. Apenas os últimos se encontram *in situ*, num conjunto de onze painéis historiados, enquanto dos primeiros restam apenas quatro painéis, dois deles historiados, colocados no átrio da Biblioteca Pública Municipal do Porto (Fig. 8).

As fontes documentais confirmam a existência de revestimento azulejar nos refeitórios dos mosteiros de Santo Tirso<sup>183</sup>, Paço e Sousa<sup>184</sup> e Alpendurada<sup>185</sup>. No refeitório de Santa Maria de Miranda «nos assentos se fes azolejo fingido»<sup>186</sup>, uma solução económica que não privou o espaço de uma renovação atualizada no gosto<sup>187</sup>. Patrícia Roque de Almeida levanta ainda a hipótese da existência de revestimento azulejar no refeitório de Pombeiro, que o «coadro de baradas» referido no relatório trienal de 1719-1722<sup>188</sup> corresponda a um painel de albarradas, tipologia que viria a ser utilizada mais tarde (1725-1728) para revestir os panos murários do claustro do Mosteiro de Rendufe<sup>189</sup>.

Pelos dados analisados fica expressa a importância do Mosteiro de Tibães no lançamento do revestimento azulejar no espaço do refeitório, abrindo caminho à utilização da azulejaria no revestimento do espaço das refeições, facto que se observa

<sup>180</sup> SIMÕES, OLIVEIRA, 1997: 55, 156.

<sup>181</sup> SIMÕES, 1979. Cf. ALMEIDA, 2004: I, 185; II, 12; DIAS, 2012: 7.

<sup>182</sup> SIMÕES, OLIVEIRA, 1997: 47.

<sup>183</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de Santo Tirso, 1653-1656, n.º 109, fl. 11.

<sup>184</sup> «Azolejousse o refeitório, dealbarãoosse lhe as paredes». ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa, 1719-1722, n.º 99, fl. 7v. Cf. RODRIGUES, 2006: I, 106-107.

<sup>185</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de João de Alpendurada, 1786-1789, n.º 102, fl. 21.

<sup>186</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de Santa Maria de Miranda, 1737-1740, n.º 125, fl. 6.

<sup>187</sup> Cf. ALMEIDA, 2004: I, 186-187; DIAS, 2012: 8.

<sup>188</sup> «Puzerão se caixilhos novos e vidrassas nas meias frestas do refeitório, em que se puzerão cortinas de olandilha com seus ferros e no coadro de baradas». ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, 1719-1722, n.º 121, fl. 11. Cf. ALMEIDA, 2004: I, 186; II, 289.

<sup>189</sup> ADB. CSBP: *Congregação de São Bento de Portugal*, Estados dos mosteiros, Mosteiro de Santo André de Rendufe, 1725-1728, n.º 116, fls. 11, 14; 1728-1731, n.º 116, fl. 13v. Cf. ALMEIDA, 2004: II, 358-359; DIAS, 2012: 5.



**Fig. 8**  
*Milagre do pão envenenado.*  
 Painel de azulejos do  
 antigo refeitório do  
 Mosteiro de São Bento da  
 Vitória, Porto (1761-1764)

essencialmente nas casas monásticas de maiores rendimentos. Por outro lado, destaca-se o caso do refeitório do Mosteiro de São Bento da Vitória, azulejado num primeiro momento na segunda metade do século XVII, inteiramente renovado na centúria seguinte com painéis de azulejo figurativo. Este aspeto reveste-se da maior importância se tivermos em conta que este mosteiro foi pioneiro no uso desta tipologia azulejar no contexto beneditino, influenciando as escolhas de outros mosteiros da Congregação ao servir-lhes de modelo para as opções de renovação artística de outros espaços monásticos<sup>190</sup>, nomeadamente claustros e salas capitulares. Saliente-se ainda que o refeitório do mosteiro português constitui exemplar único na região de Entre Douro e Minho na utilização de azulejo figurativo aplicado à dependência destinada às refeições<sup>191</sup>, acompanhado apenas pelo mosteiro lisboeta de São Bento da Saúde, no panorama da Congregação beneditina portuguesa.

A escultura, de vulto ou em relevo, foi outra das soluções usadas pelos beneditinos, embora longe de ser a predileta. No refeitório de Refojos está documentada a colocação da imagem de São Bento e de «hum quadro de meyo relevo do tranzito de Nosso Padre São Bento com suas molduras de emtalha muito brincada e levantada»<sup>192</sup>, enquanto no Mosteiro de Cucujães «sobre a porta do refeitório se fez hum nicho de madeira pintada e se colocou nelle a imagem do Senhor prezo a coluna»<sup>193</sup>. Lamentavelmente, as peças documentadas desapareceram.

<sup>190</sup> Cf. ALMEIDA, 2004: I, 186.

<sup>191</sup> DIAS, 2012: 8.

<sup>192</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São Miguel de Refojos de Basto, 1710-1713, n.º 132, fls. 10-10v.

<sup>193</sup> ADB. CSBP, Estados dos mosteiros, Mosteiro do Couto de Cucujães, 1780-1783, n.º 115, fl. 11v.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espaço de reunião da comunidade para tomar as refeições, o refeitório era parte integrante de um conjunto de dependências destinadas à subsistência corporal. Contudo, este compromisso com o corpo físico não excluía a dimensão espiritual. Muito além da supressão de necessidades fisiológicas básicas, as refeições revestiam-se de carácter ritual e exigiam uma forma especial de comportamento: o silêncio.

Edificados maioritariamente na segunda metade do século XVII e princípio da centúria seguinte, por via da construção de novas estruturas, como dormitórios e claustros, a renovação arquitetónica operada na centúria de Setecentos correspondeu a intervenções em casas monásticas com maior liquidez financeira, ou edifícios diretamente afetados pelo Terramoto de 1755. Por seu lado, as obras efetuadas no século XIX foram motivadas sobretudo pelas convulsões decorrentes das invasões das tropas napoleónicas, que direta ou indiretamente afetaram as casas monásticas beneditinas, quer pela destruição provocada nos edifícios, quer pela sua adaptação à função assistencial.

Com localização preferencial nos lanços sul e nascente dos claustros/pátios dos edifícios monásticos, situados ao nível do primeiro plano, os refeitórios beneditinos seguem o princípio de implantação que melhor se coadunava com a distribuição das dependências do edifício, era parte integrante de um todo que funcionava de forma orgânica. Genericamente, caracterizam-se por serem dependências de planta retangular, sóbrias do ponto de vista construtivo, maioritariamente cobertas com forro em madeira, sendo nas casas monásticas de maiores rendimentos a cobertura em abóbada o elemento preferencial. A distribuição dos portais de acesso, vãos de iluminação e púlpitos constituíram elementos fundamentais de animação arquitetónica dos alçados. A todos estes meios juntaram-se os lavabos, estrategicamente colocados no anterrefeitório (se existente), ou na parede exterior do refeitório, voltado para o claustro.

Ao refeitório associaram-se soluções artísticas que contribuíram para sublimar a dimensão espiritual e conceder sumptuosidade ao espaço, fazendo-o comungar da sacralidade que revestia as áreas destacadas do conjunto monástico. Entre essas soluções estavam a talha, a azulejaria, a pintura e a escultura, sendo o revestimento dos panos murários com silhares de azulejo e as representações pictóricas as manifestações artísticas mais apreciadas pelos beneditinos, cuja renovação manifestou-se fundamentalmente ao longo do século XVIII, adquirindo maior expressividade no último quartel.

A presente abordagem de conjunto lança bases para a compreensão dos meandros do processo de renovação arquitetónica e artística no universo beneditino, balizada entre os séculos XVI e XIX, contribuindo de modo particular para o conhecimento de um espaço fundamental para o quotidiano monástico, como foi o refeitório.

## FONTES

### Arquivo da Câmara Eclesiástica da Diocese de Viseu

ACEDV. *Memórias da Congregação de São Bento*, 1722, ms. n.º 38.

### Arquivo Distrital de Braga

- ADB. *Benedictinos, Mosteiro de Santa Maria de Miranda*, Livro do depósito, 1686, n.º 32.
- ADB. *Benedictinos, Mosteiro de Santa Maria de Miranda*, Livro dos estados, 1801-1831, n.º 2.
- ADB. *Benedictinos, Mosteiro de Santa Maria do Carvoeiro*, Livro do depósito, 1632, n.º 82.
- ADB. *Benedictinos, Mosteiro de São Martinho de Tibães*, Autos de tombos, 1654, n.º 6.
- ADB. *Benedictinos, Mosteiro de São Martinho de Tibães*, Livro do depósito; 1614, n.º 535; 1626-1629, n.º 538.
- ADB. *Benedictinos, Mosteiro de São Romão de Neiva*, Livro das obras, 1719, n.º 157; 1749-1761, n.º 158.
- ADB. *Benedictinos, Mosteiro do Salvador de Ganfei*, Dietário e costumeiro, 1800, n.º 59.
- ADB. *Benedictinos, Mosteiro do Salvador de Ganfei*, Livro dos conselhos, 1783-1806, n.º 55.
- ADB. *Congregação de São Bento de Portugal*, Atas Capitulares, 1635-1767, n.º 314.
- ADB. *Congregação de São Bento de Portugal*, Estados dos mosteiros, Colégio de São Bento de Coimbra, 1710-1713, 1746-1748, n.º 129; 1789-1792, n.º 130; 1798-1801, 1813-1816, n.º 131.
- ADB. *Congregação de São Bento de Portugal*, Estados dos mosteiros, Mosteiro de João de Alpendurada, 1626-1629, 1740-1743, n.º 101; 1786-1789, n.º 102; 1804-1807, n.º 103.
- ADB. *Congregação de São Bento de Portugal*, Estados dos mosteiros, Mosteiro de Nossa Senhora da Estrela, 1647-1650, 1710-1713, 1716-1719, 1755-1758, 1758-1761, n.º 88.
- ADB. *Congregação de São Bento de Portugal*, Estados dos mosteiros, Mosteiro de Santa Maria de Miranda, 1653-1656, 1737-1740, n.º 125.
- ADB. *Congregação de São Bento de Portugal*, Estados dos mosteiros, Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, 1719-1722, 1722-1725, n.º 121; 1801-1804, 1804-1807, 1807-1810, 1813-1816, n.º 122.
- ADB. *Congregação de São Bento de Portugal*, Estados dos mosteiros, Mosteiro de Santa Maria do Carvoeiro, 1629-1632, n.º 123, fl. 9.
- ADB. *Congregação de São Bento de Portugal*, Estados dos mosteiros, Mosteiro de Santo Tirso, 1653-1656, 1725-1728, n.º 109; 1804-1807, n.º 111.
- ADB. *Congregação de São Bento de Portugal*, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São Bento da Saúde, 1626-1629, 1731-1734, 1740-1743, n.º 106; 1752-1755, n.º 107.
- ADB. *Congregação de São Bento de Portugal*, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São Bento da Vitória, 1662-1665 (1), 1665-1668 (2), 1758-1761 (1), n.º 104; 1761-1764 (2), 1816-1819, 1819-1822, n.º 105.
- ADB. *Congregação de São Bento de Portugal*, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São Bento dos Apóstolos, 1626-1629, 1629-1632, 1713-1716, 1755-1758 (1), 1758-1761, 1813-1816, n.º 92.
- ADB. *Congregação de São Bento de Portugal*, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São João de Arnóia, 1626-1629, 1629-1632, 1665-1668, 1728-1731, n.º 93; 1758-1761, n.º 94.
- ADB. *Congregação de São Bento de Portugal*, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São João de Cabanas, 1728-1731, 1733-1734, n.º 126.
- ADB. *Congregação de São Bento de Portugal*, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São Miguel de Bustelo, 1780-1783, 1801-1804, 1810-1813, n.º 128.
- ADB. *Congregação de São Bento de Portugal*, Estados dos mosteiros, Mosteiro de São Miguel de Refojos de Basto, 1626-1629, 1668-1671, 1710-1713, n.º 132.
- ADB. *Congregação de São Bento de Portugal*, Estados dos mosteiros, Mosteiro do Couto de Cucujães, 1626-1629, 1638-1641, 1725-1728, n.º 114; 1770-1773, 1780-1783, 1795-1798, n.º 115.

- ADB. *Congregação de São Bento de Portugal*, Estados dos mosteiros, Mosteiro do Salvador de Ganfei, 1743-1746, n.º 89; 1780-1783, 1801-1804, 1810-1813, n.º 90.
- ADB. *Congregação de São Bento de Portugal*, Estados dos mosteiros, Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa, 1644-1647, 1650-1653, 1719-1722, n.º 99; 1792-1795, n.º 100.
- ADB. *Congregação de São Bento de Portugal*, Estados dos mosteiros, Mosteiro do Salvador de Palme, 1626-1629, 1662-1665, 1725-1728, n.º 119; 1780-1783, n.º 120.
- ADB. *Congregação de São Bento de Portugal*, Estados dos mosteiros, Mosteiro de Santa Maria do Carvoeiro, 1629-1632, n.º 123.
- ADB. *Congregação de São Bento de Portugal*, Estados dos mosteiros, Mosteiro de Santo André de Rendufe, 1725-1728, 1728-1731, n.º 116.
- ADB. *Congregação de São Bento de Portugal*, Visitas do Geral, 1653-1656, n.º 149.

### Arquivo Nacional Torre do Tombo

- ANTT. *Mosteiro de São Bento de Santarém*, Livros de obras, 1759-1813, liv. 11.
- ANTT. *Mosteiro de São João de Cabanas*, Tombo de propriedades, 1729-1734, liv. 11.

### Biblioteca Nacional de Portugal

- DIATARIO do Collegio de Nossa Senhora da Estrela da Congregação de S. Bento [Manuscrito]. 1800. Códice n.º 733.
- SARAIVA, Frei Luís dos Serafins [século XIX]. *Memórias da Ordem de S. Bento* [Manuscrito]. Códice n.º 11237.

### Fontes impressas

- AQUINO, Frei Tomás de (1767). *Elogios dos Reverendissimos Padres DD. Abbades Geraes da Congregação Benedictina do Reyno de Portugal e Principado do Brazil. Que offerece ao Reverendissimo P. P. Geral Frei João Baptista da Gama Ex-Geral Benedictino etecetera etecetera*. Porto: na Officina de Francisco Mendes Lima.
- BORROMEO, São Carlos (1985 [1577]). *Instrucciones de la fábrica y del ajuar eclesiásticos*. México: Universidad Nacional Autónoma de México.
- CONSTITUIÇÔENS da Ordem de Sam Bento destes Reynos de Portugal, recopiladas e tiradas de muitas definições, feitas & aprovadas nos capitulos géraes, despois que se começou a reformação da ordem. Lisboa: por Antonio Alvarez, 1590.
- MEIRELES, Frei António d'Assunção (2007 [1801]). *Memórias do Mosteiro de S. Miguel de Bustelo*. Introdução, fixação do texto e índice por frei Geraldo J. A. Coelho Dias. Penafiel: Museu Municipal de Penafiel. (Série Estudos e Documentos; 2).
- NEVES, José Acúrsio das (1809). *Viagem Sentimental á Provincia do Minho em Agosto e Setembro de 1809*. Lisboa: na Impressão Régia.
- REGRA do Glorioso Patriarcha Sam Bento, tirada de Latim em lingoajem Portuguesa [...]. Lisboa: Antonio Ribeiro, 1586.
- SÃO TOMÁS, Frei Leão de (1974 [1644-1651]). *Benedictina Lusitana*. Introdução e notas críticas por José Mattoso. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 2 vols.

### BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Patrícia Cristina Teixeira Roque de (2004). *O Azulejo do Século XVIII na Architectura das Ordens de S. Bento e S. Francisco no Entre Douro e Minho*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 3 vols. Dissertação de mestrado.

- ASSUNÇÃO, Ana Paula; SERRÃO, Vítor Nunes; PEREIRA, Célia Nunes (2008). *Mosteiro de S. Miguel de Refojos: um despertar de memórias*. Cabeceiras de Basto: Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto.
- BARROS, Márcia Santos (2011). *O Mosteiro e a Cerca de Santa Maria de Pombeiro nos séculos XIX e XX*. In ALVES, Natália Marinho Ferreira et al. *Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro*. Felgueiras: Câmara Municipal de Felgueiras, pp. 195-205. Projecto: *O Românico de Felgueiras na Rota do Vale do Sousa*. ISBN 978-989-8221-06-3.
- BORGES, Nelson Correia (1998). *Arquitectura Monástica Portuguesa na Época Moderna (Notas de uma Investigação)*. «MVSEV». Porto: Círculo Dr. José de Figueiredo. IV Série. 7, 31-59.
- BRANDÃO, D. Domingos de Pinho (1986). *Obra de talha dourada, ensamblagem e pintura na cidade e diocese do Porto*. Porto: Oficinas Gráficos Reunidos, vol. III.
- CASTRO, Domingos Leite de (1896). *Memórias do Bustello*. «Revista de Guimarães». Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. XIII:3, 130-143.
- CORREIA, padre Francisco Carvalho (2010). *O Mosteiro de Santo Tirso. Itinerário de uma Visitação*. Santo Tirso: Fábrica da Igreja de Santo Tirso.
- COSTA, padre Avelino Jesus da (1984). *O culto de S. Bento na terra de Valdevez: subsídios para a monografia do concelho*. Braga: [Correio do Minho].
- DAVRIL, Dom Anselme; PALAZZO, Éric (2000). *La vie des moines au temps des grandes abbayes, Xe-XIIIe siècles*. [S.l.]: Hachette.
- DIAS, Eva Sofia Trindade (2012). *A azulejaria nos mosteiros beneditinos do Entre Minho e Vouga*. In *Azulejar 2012. International Congress* [Pen Drive]. Aveiro: Azulejar, pp. 1-14. ISBN 978-989-98041-1-1.
- DIAS, Geraldo J. A. Coelho (1997a). *Construção do Mosteiro beneditino ideal – os espaços*. In MORENO, Humberto Baquero, dir. *O Mosteiro de São Bento da Vitória: 400 anos*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 23-36.
- DIAS, Geraldo J. A. Coelho (1997b). *Do mosteiro beneditino ideal ao mosteiro de S. Bento da Vitória. História, espaços e quotidianos dos monges – Parte II*. In MORENO, Humberto Baquero, dir. *O Mosteiro de São Bento da Vitória: 400 anos*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 39-93.
- DIAS, Geraldo J. A. Coelho (2002). *O Mosteiro de S. Miguel de Refojos – história do monumento emblemático de Cabeceiras de Basto*. «Mínia». Braga: ASPA – Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural. 3.ª Série. 10, 59-84.
- DIAS, Geraldo J. A. Coelho (2009). *O Mosteiro de Refojos de Basto. Jóia do Barroco em Terras de Basto*. Cabeceiras de Basto: Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto. ISBN 978-989-20-1625-2.
- ESCHAPASSE, Maurice (1963). *L'architecture Bénédictine en Europe*. Paris: Éditions des Deux-Mondes.
- FERRO, Adérito Gomes Ferreira Paulo (1987). *Inquérito à vida dos mosteiros na Arquidiocese de Braga sob D. frei Bartolomeu dos Mártires*. In *Actas do II Encontro sobre História Dominicana*. Porto: Arquivo Histórico Dominicano Português, vol. III, pp. 161-206.
- FONTES, Luís (2005). *São Martinho de Tibães. Um sítio onde se fez um mosteiro. Ensaio em arqueologia da paisagem e da arquitectura*. Lisboa: IPPAR. (Monumentos. Monografias).
- LENCART, Joana (1997). *O Costumeiro de Pombeiro. Uma comunidade beneditina no séc. XIII*. Lisboa: Editorial Estampa. (Histórias de Portugal; 35). ISBN 972-33-1332-4.
- LIMA, Gil de Araújo (2015). *Habitar o Mosteiro de Carvoeiro. Uma leitura contemporânea do ideal monástico beneditino*. Braga: . Dissertação de mestrado.
- LINS, Eugênio de Ávila (2002). *Arquitectura dos Mosteiros Beneditinos no Brasil. Século XVI a XIX*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 3 vols. Tese de doutoramento.
- MAIA, Fernanda Paula Sousa (1985-1986). *O Mosteiro de São Miguel de Bustelo à luz dos «Estados» de Tibães*. «Penafiel. Boletim Municipal de Cultura». Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel. 3.ª Série. 2/3, 61-94.

- MARINHO, Natália; ALVES, Joaquim J. B. Ferreira (1978). *Subsídios para o estudo histórico-artístico do Mosteiro de São João de Pendorada (1629-1822)*. «Rivista di Studi Italiani in Portogallo». Porto: Istituto Italiano di Cultura in Portogallo.
- MARTINS, Fausto Sanches (2000-2001). *Afinidades e divergências na concepção espacial entre o Mosteiro Beneditino e o Colégio Jesuíta*. «Poligrafia». Arouca: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão. 9/10, 7-33. ISSN 0872-4490.
- MATA, Aida (1994). *Ao encontro dos monges de Tibães*. «Forum». Braga: Universidade do Minho. 15/16 (jan.-jul.) 55-92. ISSN 0871-0422.
- OLIVEIRA, Aurélio de (1988). *Tibães e os caminhos do barroco (Breve perspectiva histórica)*. «Forum». Braga: Universidade do Minho. 3, 3-21. ISSN 0871-0422.
- OLIVEIRA, Paulo João da Cunha (2005). *A Congregação Beneditina Portuguesa no Percurso para a Extinção (1800-1834)*. Viseu: Palimage Editores. ISBN 972-8575-91-2.
- ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da (2011). *O Mosteiro de Pombeiro na Época Moderna e a Renovação Arquitetónica*. In ALVES, Natália Marinho Ferreira et al. *Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro*. Felgueiras: Câmara Municipal de Felgueiras, pp. 81-137. Projecto: *O Românico de Felgueiras na Rota do Vale do Sousa*. ISBN 978-989-8221-06-3.
- RODRIGUES, Inês Maria de Castro Ferreira (2006). *Articulação Espacial do Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa entre os séculos XVII e XIX*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2 vols. Dissertação de mestrado.
- SEQUEIRA, Maria Olga Portela Gonçalves de Paz (2006). *A Igreja do Mosteiro de São Miguel de Refojos de Cabeceiras de Basto*. In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 2, pp. 223-232.
- SILVA, Teresa Parra da; GOMES, Maria Manuela Malhoa; SILVA, Armando Roque da (2002). *São Bento Renascido. Conservação e Restauro de Azulejos do Palácio de São Bento*. Lisboa: Assembleia da República. ISBN 972-556-381-8.
- SIMÕES, João Miguel dos Santos (1979). *Azulejaria em Portugal no Século XVII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (Coleção Corpus da Azulejaria Portuguesa; 5).
- SIMÕES, João Miguel dos Santos; OLIVEIRA, Emílio Guerra de (1997). *Azulejaria em Portugal no Século XVII*. 2.ª edição revista e atualizada. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Tomo I: *Tipologia*. (Coleção Corpus da Azulejaria Portuguesa; 4).
- SMITH, Robert C. (1972). *Dois estudos beneditinos*. «Belas Artes. Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas Artes». Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes. 2.ª Série. 27, 69-101.
- SOUSA, D. Gabriel de (2008). *Mosteiro de São João de Arnóia – Celorico de Basto*. Introdução e notas pelo padre Armandino Pires Lopes. Celorico de Basto: [s.n.].
- SOUSA, D. Gabriel de; GOMES, Carlos Aguiar (1984). *O Mosteiro de Santa Maria de Miranda e os seus Abades*. Arcos de Valdevez: [Câmara Municipal de Arcos de Valdevez].
- ZARAGOZA PASCUAL, Ernesto (1981). *Reforma de los benedictinos portugueses (1564-1565)*. «Bracara Augusta». Braga: Câmara Municipal de Braga. XXXV:79-80 (92-93) 275-290.
- ZARAGOZA PASCUAL, Ernesto (1982). *Reforma de los benedictinos portugueses (1588-1589)*. «Theologica». Braga: Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa. 2.ª Série. XVII, Fasc. I-IV, 143-218.

